



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 037

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 037

37ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios 17

Indicações 18

Requerimentos 19

Projetos de Resolução 26

Projetos de Lei 26

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 27

Dep. Elton Welter 30

Dep. Marcelo Rangel 30

Dep. Luiz Claudio Romanelli 31

Dep. Edson Strapasson 33

Dep. Péricles de Mello 34

Grande Expediente:

Sr. Silvio Alves 36

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 28

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 32

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 35

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 38

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 40

Discussão/Votação

Redação Final 41

2ª Discussão 42

1ª Discussão 42

Requerimentos 50

Encerramento da Sessão 50

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 50

Atas de Comissões

Tomada de Contas 51

Errata 52

DIÁRIO Nº 037

37ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

19 DE ABRIL DE 2010

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Enio Verri e pela Sra. Deputada Rosane Ferreira.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira,

Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Beti Pavin, Dobrandino da Silva, Duílio Genari e Luiz Nishimori (05).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Jonas Guimarães e Teruo Kato (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 035/10

Curitiba, em 08/04/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei tendo por objetivo alterar o parágrafo único do artigo 2º da Lei Estadual nº 16350/09, que autorizou o Poder Executivo a contratar a operação de crédito externo até o montante de US\$51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD, para financiamento do projeto de Inclusão e Desenvolvimento Rural Sustentável.

A presente medida visa alterar o parágrafo único do artigo 2º da norma citada para explicitar a possibilidade de ser oferecida, a título de contrapartida do Estado do Paraná, as receitas advindas com o recolhimento dos impostos estabelecidos no artigo 155 da Constituição Federal, como forma de contragarantir a pretendida operação de crédito internacional.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI - Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 16350, de 22/12/09, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

Parágrafo Único. Para obter garantia da União na operação de crédito que trata esta lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantias às garantias da União, podendo, tanto vincular as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas no montante suficiente para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito autorizada por esta lei.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 036/10

Curitiba, em 12/04/10.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa:

Exmo. Senhores Deputados:

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, texto do anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2011, que estima as Receitas de Recolhimento Centralizado e de recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Direta, no valor aproximado de R\$ 23.527.964.000,00 (vinte e três bilhões, quinhentos e vinte e sete milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais).

É importante destacar que deste valor de receita, R\$ 21.848.823.000,00 representam os 100% da receita do Tesouro Estadual, dos quais R\$ 4.567.389.000,00 se referem à parcela de Transferências Constitucionais aos Municípios, ficando um valor líquido de receita do tesouro para o Estado, de R\$ 17.281.434.000,00. Destacamos que a Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2011 é 0,75% menor que a correspondente receita da LOA 2010, tendo em vista que não há previsão das receitas de títulos que serviam para lastrear as despesas da dívida do BANESTADO.

O anteprojeto de lei compõem-se 12 capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X - disposições transitórias;
- XI - demais disposições.

O anteprojeto de lei da LDO apresenta anexo de metas fiscais, no qual são estabelecidas metas anuais,

em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2011, 2012 e 2013. O anexo de metas fiscais apresenta ainda uma avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2009 e o demonstrativo das metas anuais de 2010.

O anteprojeto da LDO apresenta ainda o anexo de riscos fiscais, que traduz a possibilidade de riscos fiscais decorrentes das incertezas da economia e por aumento de vinculações. É importante destacar o crescente aumento de vinculações que o Estado vem suportando nos últimos anos e para demonstrar esta carga de vinculações apresento o aumento ocorrido nas principais receitas do Estado:

Especif. da Receita	% Vinculado em 1999	% Vinculado em 2010
ICMS	65,84%	81,64%
IPVA	71,00%	87,76%
IRRF	42,00%	61,90%
ITCMD	42,00%	75,52%
FPE	40,00%	59,60%
IPI	55,00%	69,70%
L. C. 087/96	40,00%	59,60%

O Poder Executivo ficará à disposição, através das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar as V. Exas. as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) ORLANDO PESSUTI - Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2011, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2011 estarão voltadas ao encerramento do previsto no PPA 2008/2011, desdobradas em ações dos programas, a seguir discriminados:

- Programa Educação de Qualidade;
- Programa Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico;
- Programa Cultura Paranaense;
- Programa Transporte Integrado e Logística;
- Programa Preservação Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos;
- Programa Desenvolvimento Regional e Metropolitano;

Programa Desenvolvimento da Agropecuária e Fortalecimento do Agronegócio Familiar;
Programa Desenvolvimento da Produção;
Programa Turismo, Esporte e Lazer;
Programa Leite das Crianças;
Programa Saúde e Saneamento;
Programa Trabalho, Emprego e Assistência Social;
Programa Habitação Popular;
Programa Segurança Integrada;
Programa Promoção da Justiça e Cidadania;
Programa Gestão do Estado;
Programa Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público;
Programa Ação Legislativa;
Programa Controle Externo ao Estado;
Programa Ação Judiciária;
Programa Valorização e Capacitação do Servidor Público;
Programa Proteção à Criança e à Juventude.

Art. 3º No projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Capítulo II

Das Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 4º A Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2011 será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 30/06/09.

Art. 5º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas de Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2011, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 23.527.964.000,00 (vinte e três bilhões, quinhentos e vinte e sete milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais).

Art. 6º As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentárias, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços, a partir de julho de

2010, que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita, mediante critérios estabelecidos no próprio projeto de Lei Orçamentária.

Capítulo III

Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 7º A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativos e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos Municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

I - Poder Legislativo: 5,0%

II - Poder Judiciário: 9,0%

III - Ministério Público: 3,9%

Parágrafo Único. Fica a cargo do Poder Legislativo definir do limite de 5% destinado ao Poder, o percentual correspondente à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas

Art. 8º O projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2011 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados.

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos Municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativos e Judiciários e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do artigo 7º desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoa e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12020, de 09/01/98, que institui o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1952, de 24/10/03 e demais normas legais;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, compreendida a proveniente de transferências de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 029/00, correspondendo para 2011 a 12% da receita líquida de impostos, compreendida a proveniente de transferências de impostos;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com entidades nacionais e internacionais;

X - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

XI - ao pagamento de sentenças judiciais;

XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 35 desta lei.

§ 1º As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o inciso VII do *caput* deste artigo, que representam os 12% da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas à prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

- a) vigilância epidemiológica e controle de doenças;
- b) vigilância sanitária;
- c) vigilância nutricional, orientação alimentar e controle de deficiências nutricionais;
- d) saúde do trabalhador;
- e) assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;
- f) assistência farmacêutica;
- g) educação para a saúde;
- h) treinamento de recursos humanos para a área de saúde;
- i) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área de saúde;
- j) produção, aquisição e distribuição de insumos específicos da área de saúde, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, equipamentos, etc.;
- k) saneamento básico associado ao vetor saúde excetuando-se os decorrentes de tarifas;
- l) serviços de saúde de penitenciários;
- m) atenção especial aos portadores de deficiência;
- n) ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

§2º Os recursos a que se refere o inciso VII deste artigo serão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 9º Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da LDO/2011 à Assembleia Legislativa.

Capítulo IV

Da Estrutura e da Organização dos Orçamentos

Art. 10. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por:

I - Unidade Orçamentária;

II - Função;

III - Subfunção;

IV - Programa;

V - Projeto, Atividade ou Operação Especial;

VI - Categoria Econômica da Despesa;

VII - Grupo de Despesa;

VIII - Modalidade de Aplicação; e

IX - Grupo de Fontes.

§ 1º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 042 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14/04/99.

§ 3º Cada programa terá as ações, necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com a especificação dos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 5º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

Despesas Correntes

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

Despesas de Capital

Grupo 4 - Investimentos

Grupo 5 - Inversões Financeiras

Grupo 6 - Amortização da Dívida

§ 6º A modalidade de aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias, e observará o seguinte detalhamento:

20 - Transferências à União;

30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal;

40 - Transferências a Municípios;

50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;

70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais;

80 - Transferências ao Exterior;

90 - Aplicações Diretas;

99 - A ser Definida.

§ 7º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

Grupo 1 - Recursos Próprios do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;
Fonte 103 - Receita Condicionada da LC nº 087/96;
Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE;
Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;
Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM/PEDU/PARANASAN;
Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;
Fonte 117 - Transferências da União - SUS;
Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;
Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública - FUNSAUDE;
Fonte 125 - Venda de Ações e/ou devolução de Créditos ou de Capital Subscrito ou não;
Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;
Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - FEAP;
Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;
Fonte 129 - Taxas de Política - FUNRESPOL;
Fonte 131 - programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11091/95.
Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
Fonte 138 - Taxa Ambiental;
Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;
Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais - FDU;
Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB;
Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.
Grupo 09 - Convênios do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:
Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;
Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;
Fonte 148 - Outros Convênios.
Grupo 15 - Operações de Crédito do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:
Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;

Fonte 136 - Operação de Crédito Externa - PROEM/BID;
Fonte 137 - Operação de Crédito Externa - Paraná Urbano II / BID;
Fonte 140 - Operação de Crédito Externa _ Saneamento Ambientalmente PARANASAN/JBIC;
Fonte 142 - Operação de Crédito externa - PR 12 Meses - Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - PRODESUS/BIRD;
Fonte 143 - Outras Operações de Crédito Externas.
Grupo 16 - Salário Educação - compreendendo a seguinte fonte:
Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Grupo 45 - FUNDEB - compreendendo a seguinte fonte:
Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.
Grupo 95 - Recursos de Outras Fontes - compreendendo as seguintes fontes:
Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;
Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;
Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;
Fonte 254 - Multa por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro - FUNRESTRAN;
Fonte 256 - Reposição Florestal - SERFLOR;
Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;
Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;
Fonte 270 - Aumento de Capital Social;
Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;
Fonte 283 - Transferências e Convênios com a Exterior;
Fonte 284 - Outros Convênios/Outras Transferências.

Art. 11. O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas independentes que o Estado, detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

Art. 12. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa adotada por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado,

bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO/2011 à Assembleia Legislativa.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes, tendo em vista alterações de legislação ocorridas após o encaminhamento do projeto da LDO/2011 à Assembleia Legislativa.

Art. 15. O Programa de Obras será apresentado, no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V, pelo Indicativo (A) em andamento.

Art. 16. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no Artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes.

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná, e

VIII - anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere a:

- a) Poder Legislativo;
- b) Poder Judiciário;
- c) Ministério Público;
- d) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
- e) Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- f) Ciência e Tecnologia.

Capítulo V

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 17. A elaboração do projeto de lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2011 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparências da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 18. Os repasses de recursos aos Outros Poderes e ao Ministério Público, ocorrerão mensalmente, nos percentuais estabelecidos por esta lei, calculados sobre a previsão mensal de realização da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasse para mais ou para menos de acordo com a efetiva arrecadação do mês.

Art. 19. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de ocorrências do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

Art. 20. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativos e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 17 de setembro de 2010, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo Único. No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

Art. 21. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta lei, da forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 22. A parcela das transferências constitucionais aos Municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 23. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de investimento em regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos;

VII - incluídas despesas decorrentes de transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à Administração Pública Estadual, ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de Governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 24. As receitas dos órgãos e entidades direta e indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 25. As unidades da Administração Indireta deverão programar em seus orçamentos recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% do valor da sua receita própria, ou seja da sua receita diretamente arrecadada.

Art. 26. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasse de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 27. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 28. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 29. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011.

Art. 30. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

§ 1º Os recursos alocados na Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, estarão distribuídos em duas operações especiais a saber: Gerenciamento de Precatórios - Poder Judiciário Estadual e Gerenciamento de Precatórios - Poder Judiciário Federal.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2010, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2010, para serem incluídos no orçamento de 2011, especificando:

I - Número da ação originária;

II - Número do precatório;

III - Tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

IV - Enquadramento (alimentar ou não alimentar);

V - Data da inscrição do precatório no órgão/unidade;

VI - Valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2010, conforme artigo 98, parágrafo 5º da Constituição do Estado do Paraná);

VII - Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 31. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, na Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/01 e na Portaria nº 339 STN, de 29/08/01 e Decreto Estadual nº 5975, de 22/07/02, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 32. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 33. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 34. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de Governo.

Art. 35. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 36. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2011, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite percentual de 5% do

valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, excetuando-se as dotações referentes a recursos de Convênios, Acordos Nacionais e de Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

§ 1º Excetuam-se dos limites percentuais fixados, a abertura de créditos adicionais referentes ao ensino público e às ações e serviços públicos de saúde.

§ 2º O Poder Executivo poderá alocar recursos orçamentários decorrentes de contenção de despesa por retração da receita centralizada do Estado, na reserva de contingência, bem como realocá-los, sem que estas alterações orçamentárias incidam nos limites percentuais autorizados pelo Legislativo.

Capítulo VI

Dos Ajustamentos do Plano Plurianual

Art. 37. O Programa 31- Programa do Crescimento e Desenvolvimento do Paraná, não orçamentário com finalidade de monitoramento das ações do PAC do Governo Federal, realizadas no Estado, perdeu sua finalidade, tendo em vista que foi incorporado em ações de natureza orçamentária, específicas das áreas de atuação dos Órgãos/Unidades responsáveis pela sua execução, ficando portanto, excluído do referido Plano.

Art. 38. Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas e financeiras e em suas regionalizações serão incluídas na Proposta Orçamentária de 2011, de acordo com o artigo 3º da Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Capítulo VII

Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 39. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31/08/10, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos esta-

duais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar n° 101, de 04/05/00.

Capítulo VIII

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 40. No exercício financeiro de 2011 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1° Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2° A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar n° 101, de 04/05/00, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3° As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o artigo 169, parágrafo 1° da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar n° 101/00.

Art. 41. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerando necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

Capítulo IX

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 42. O valor das operações de crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 43. As coordenações dos programas financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o

valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2011, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 44. A Agência de Fomento do Paraná SA, que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;

VI - fomentar e apoiar projetos destinados a implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;

VII - fomento à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica, a melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e a geração de empregos.

Capítulo X

Disposições Transitórias

Art. 45. O projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2011, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo XI

Demais Disposições

Art. 46. As emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar n° 101, de 04/05/00.

§ 1° Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos Municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da Adminis-

tração Pública, para se constituírem em recursos e emendas à despesa.

§ 2º Não poderão ser canceladas dotações com recursos diretamente arrecadados, exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.

§ 3º Cada emenda à despesa apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 47. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafa da Lei Orçamentária Anual, até 31/12/10, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - transferências constitucionais e legais aos municípios, por repartição de receitas;
- III - serviços da dívida;
- IV - PASEP;
- V - demais despesas, à razão de 1/12 (um doze vos) em cada mês.

Art. 48. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos orçamentos fiscal e próprio da administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do dispositivo no artigo 6º desta lei.

Art. 49. Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 50. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial e apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 51. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real patrimônio líquido do Estado.

Art. 52. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativa ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2009, obedeceu os critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 4190, de 22/01/09. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de programação orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da Administração Direta, Indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de Governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro Geral do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das receitas.

No exercício financeiro de 2009 as Receitas não Financeiras, ou seja, as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 2,14% em relação aos valores previstos a LDO/2009.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 1,74%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado nas Receitas e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou acrescido em 11,57% (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Metas Fiscais Relativas 2009 - Resultado Primário

Discriminação	Previsto na LDO (em R\$ 1000)	Realizado (em R\$ 1000)	Variação %
I - Receitas não Financeiras	18.860.593	19.264.698	2,14%
II - Despesas não Financeiras	18.083.461	18.397.627	1,74%
III - Resultado Primário (I - II)	777.133	867.072	11,57%
Fonte: SEFA/SEPL			

As tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2007 a 2009 e reprogra-

mas para 2010.

Tabela 2 - Metas Fiscais 2007-10 - Preços Correntes - em R\$ 1000				
Discriminação	2007	2008	2009	(1) 2010
I - Resultado Primário Indicado na LDO	667.359	741.997	777.133	1.225.519
II - Resultado Primário Obtido	917.553	1.260.259	867.072	954.983
III - Resultado Obtido - Indicado (II - I)	250.194	518.262	89.939	-270.536
IV - Resultado Nominal Indicado na LDO	144.751	-765.967	-721.969	159.482
V - Resultado Nominal Obtido (2)	-268.661	1.928.594	-1.456.774	- 351.489
VI - Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-123.910	1.162.637	-734.805	-192.007
Fonte: SEFA/SEPL (1) Reprogramado (2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.				

Tabela 3 - Metas Fiscais 2007-10 - Preços Constantes de 2010 - em R\$ 1000				
Discriminação	2007	2008	2009	(1) 2010
I - Resultado Primário Indicado na LDO	770.072	819.642	810.627	1.225.519
II - Resultado Primário Obtido	1.058.773	1.392.137	904.442	954.983
III - Resultado Obtido - Indicado (II - I)	288.701	572.495	93.815	-270.536
IV - Resultado Nominal Indicado na LDO	167.030	-846.109	-753.086	159.482
V - Resultado Nominal Obtido (2)	-310.011	2.130.408	-1.519.561	-351.489
VI - Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-142.981	1.284.299	-766.475	-192.007
Fonte: SEFA/SEPL (1) Reprogramado (2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.				

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos

principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2007 a 2013.

Tabela 4 - Indicadores Econômicos do Período de 2006 a 2012							
Indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PIB do Brasil (variação %)	6,10	5,10	-0,20	5,10	4,40	4,40	4,50
PIB do Paraná (variação %)	6,80	6,00	-0,50	6,00	4,50	4,50	4,50
Inflação, IPCA (variação %)	4,46	5,90	4,31	4,90	4,50	4,50	4,50
Taxa de Câmbio, previsão BC (R\$/US\$)	1,77	2,34	1,74	1,80	1,87	1,90	1,91
Fonte: Banco Central, IPARDES/SEPL							

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a

política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2010 a 2013, na média de 0,34% do PIB do Paraná, supõe:

- a) a retomada do crescimento sustentável da economia do Estado;
- b) o incremento das receitas não financeiras;

c) a continuidade do Programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;

d) a continuidade do controle sobre as despesas de manutenção da Administração Estadual.

As tabelas 5 e 6, apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2010 a 2013, a preços correntes e constantes de 2010.

Tabela 5 - Metas Fiscais para o período 2010-13								
Resultado Primário					Preços Correntes			
Discriminação	2010		2011		2012		2013	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I - Receitas não financeiras	21.473.358	10,08	23.050.849	9,89	24.495.005	9,63	26.175.246	9,43
II - Despesas não financeiras	20.518.376	9,63	22.280.774	9,56	23.753.302	9,34	25.398.136	9,15
III - Resultado Primário	954.983	0,45	770.075	0,33	741.703	0,29	777.110	0,28
IV - Saldo Devedor da Dívida	14.887.582	6,99	15.437.147	6,62	15.822.206	6,22	16.217.884	5,84
V - Resultado Nominal	-351.489	-0,16	-402.153	-0,17	-381.745	-0,15	-367.019	-0,13
Fonte: SEPL/SEFA								

Tabela 6 - Metas Fiscais para o período 2010-13								
Resultado Primário					Preços Constantes de 2010			
Discriminação	2010		2011		2012		2013	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I - Receitas não financeiras	21.473.358	10,08	21.890.327	9,89	22.260.072	9,63	22.762.686	9,43
II - Receitas não financeiras	20.518.376	9,63	21.159.022	9,56	21.586.042	9,34	22.086.891	9,15
III - Resultado Primário	954.983	0,45	731.304	0,33	674.030	0,29	675.796	0,28
IV - Saldo Devedor da Dívida	14.887.582	6,99	14.659.945	6,62	14.378.582	6,22	14.103.501	5,84
V - Resultado Nominal	-351.489	-0,16	-381.906	-0,17	-346.914	-0,15	-319.169	-0,13
Fonte: SEPL/SEFA								

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2007 a 2009.

O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 - Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios			
Patrimônio Líquido	2007 (R\$ 1.000)	2008 (R\$ 1.000)	2009 (R\$ 1.000)
Ativo Financeiro	2.145.823	3.142.919	3.127.163
Ativo Permanente	11.817.005	12.583.094	15.689.933
Soma do Ativo Real	13.962.828	15.726.013	18.817.096
Passivo Financeiro	2.442.077	1.678.701	1.837.740
Passivo Permanente	16.430.711	20.313.202	20.228.812

Tabela 7 - Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

Patrimônio Líquido	2007 (R\$ 1.000)	2008 (R\$ 1.000)	2009 (R\$ 1.000)
Soma do Passivo Real	18.872.788	21.991.903	22.066.553
Saldo Patrimonial	-4.909.960	-6.265.890	-3.249.457

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, houve de 2007 para 2008, uma variação negativa da ordem de R\$ 1.355,93 milhões, decorrente do acréscimo do Passivo Real Descoberto, produzido pelo déficit patrimonial do exercício de 2008. De 2008 para 2009, houve uma variação positiva de R\$ 3.016,43 milhões, pela redução do Passivo Real Descoberto, produzido pelo superávit patrimonial de 2009. Considerando o período de 2007 a 2009, essa oscilação determinou variação total positiva da importância de R\$ 1.660,50 milhões de redução no Saldo Patrimonial Devedor, representativo do Patrimônio Líquido do Estado.

4. Avaliação do Regime de Previdência do Estado

O Regime Próprio de Previdência do Estado do Paraná é gerido pela PARANAPREVIDÊNCIA, Serviço Social Autônomo criado pela Lei-PR nº 12398/98, mediante transformação do antigo IEP - Instituto de Previdência do Estado.

O modelo de seu financiamento, segundo Plano de Custeio estabelecido a partir de estudos atuariais realizados entre 1996 a 1998 e que resultaram na Avaliação Atuarial Inicial que acompanhou o ante-projeto

que resultou na Lei/PR nº 12398/98 pressupõe a migração gradativa do Regime de Repartição para o Regime de Capitalização, adotando-se, para tanto, o critério de segregação de massas, mediante constituição de dois Fundos de Natureza Previdenciária assim considerando o Fundo de Previdência e o Fundo Financeiro que passaram a ser gerido pela ParanaPrevidência.

Para o Fundo de Previdência, englobando os servidores ativos, que na data de publicação da Lei-PR nº 12398/98, contava com menos de 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, se adotou, como forma de financiamento, o Regime de Capitalização, ao passo em que, para o Fundo Financeiro, que englobou os servidores que na data de publicação daquela lei eram inativos, juntamente com os servidores ativos que naquela data contavam com idade superior a 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, se adotou, como forma de financiamento, o Regime de Repartição.

Desde a inauguração do novo modelo do Estado do Paraná buscou dar atendimento ao plano de Custeio estabelecido - e indicado na Tabela 8 - tendo inclusive, transferido ParanaPrevidência créditos oriundos dos royalties de Itaipu.

Tabela 8 - Plano de Custeio Estabelecido pela Lei-PR nº 12398/98

Alíquota de Contribuição	Composição		Base de Cálculo
	Cont. do Estado	Cont. dos Servidores	
21,93*	10%	10%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos e pensão até R\$ 1.200,00
	14%	14%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos e pensão que exceda a R\$ 1.200,00

*A transferência total do montante de contribuição resultante da incidência da alíquota total

Para a avaliação do exercício de 2009, foram apurados os percentuais indicados na tabela a seguir, em face

do Plano de Custeio vigente.

Tabela 9 - Plano de Custeio Vigente

Tipo de Cobertura	Custeio "Puro"* 1 Vigente (em % da folha de remuneração)
(1) Aposentadorias não Decorrentes de Invalidez	11,60%
(2) Aposentadorias Decorrentes de Invalidez	0,93%
(3) Pensão por Morte	3,70%

(4) = (1) + (2) + (3) Custo Normal Puro	16,23%
(5) Custeio Suplementar Relativo à Amortização por Perpetuidade dos Serviços Passados	5,70%
(6) = (4) + (5) Custeio Total Puro	21,93%
*1 "Puro" significa que o Plano de Custeio, aqui apresentado, não inclui qualquer sobrecarga destinada ao custeio das despesas administrativas do Plano.	

O Custeio Puro de 21,93%, que inclui a contribuição paritária do Estado do Paraná, considera a média original de 10,965% da contribuição dos segurados obtida a partir da taxa escalonadora de contribuição de 10% sobre a parcela da renda mensal não excedente a R\$ 1.200,00 e de 14% sobre a parcela da renda mensal excedente aos referidos R\$ 1.200,00. Também esse custeio de 21,93% pressupõe que sobre a totalidade dos proventos de inatividade e sobre as pensões incidem uma contribuição total (segurado+ paridade contributiva do Estado) de 21,93%, sem qualquer exceção.

Ao longo do tempo a execução do Plano de Custeio sofreu uma série de intercorrência de ordem estrutural e conjuntural. Sob a ótica estrutural destacam-se a não realização da contribuição de inativos e pensionistas nos níveis determinados e o questionamento judicial na progressividade da alíquota de contribuição o que, na prática, tem feito com que o nível de contribuição dos servidores ativos se dê em índice equivalente a 10% quando o esperado seria uma contribuição média da ordem de 10,96%. Do ponto de vista conjuntural desta-

cam-se a sobrevivência das Emendas Constitucionais nºs 41 e 47, o expressivo acréscimo no número de servidores admitidos pelos concursos públicos realizados pelo Estado, sendo certo que além disso, à efetiva integração do Poder Legislativo de modo que o Estado do Paraná é hoje, o único ente federado que, de fato, possui uma gestão previdenciária centralizada em um único Órgão Gestor.

Inobstante as intercorrências mencionadas, é certo que o cumprimento, pelo Estado, quanto a execução do Plano de Custeio, permitiu que seu regime previdenciário constituísse um patrimônio - vinculado ao Fundo de Previdência - da ordem de R\$ 8,5 bilhões, conforme explicitado no Balanço da ParanaPrevidência, referente ao exercício de 2009. Esse quadro não evitou que, dadas as inúmeras intercorrências, o Parecer Atuarial sobre a situação financeiro-atuarial do Fundo de Previdência da ParanaPrevidência, emitido pelo atuário externo da ParanaPrevidência, indicasse a existência de déficit.

A Tabela a seguir - Tabela 10 - demonstra a situação do regime previdenciário do Estado.

Tabela - 10 Reservas Matemáticas Estimadas
Quadro Comparativo nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009

Reservas Matemáticas	2007	2008	2009
(1) Benefício Concedidos	2.264.315.785,00	3.213.018.318,00	4.045.726.486,51
(2) Benefício a Conceder	7.383.092.469,00	8.737.955.389,00	10.977.737.837,37
(3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder	9.647.408.254,00	11.950.973.707,00	15.023.464.323,88
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(3.913.766.359,00)	(4.759.426.310,00)	(5.442.829.292,00)
(5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas	5.733.641.895,00	7.191.547.397,00	9.580.635.031,88
(6) = (7) - (5) Resultado Técnico	(131.365.131,78)	(245.781.371,98)	(1.017.846.676,15)
(7) = Ativo Líquido do Fundo de Previdência	5.602.276.763,22	6.945.766.025,02	8.562.788.355,73

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar nº 101, de 4/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de

nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento, permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que

fixem para o ente público a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios, (Artigo 17 da LC 101/2000).

Estas despesas por apresentarem caráter de acrés-

cimo permanente somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2011.

Tabela 11 - Saldo da Margem de Expansão em 2011	Em R\$ 1000
Discriminação	2011
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	1.273.562
2. Transferências Constitucionais e Legais	365.785
3. Saldo (1-2)	907.777
4. Despesas Comprometidas	907.777
Pessoal	361.701
PASEP	322.147
Vinculação aos Outros Poderes	103.687
Vinculação para a Saúde	14.215
Vinculação para o Ensino Público	102.189
Vinculação para a Ciência e Tecnologia	3.838
5. Margem de Expansão	o

ANEXO II - RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2011 conta com riscos fiscais decorrentes da incerteza dos reflexos gerados pela não definição da Reforma Tributária até o encaminhamento deste projeto de lei para apreciação da Assembleia Legislativa.

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 029, tramitando no Congresso Nacional, pode refletir num aumento de despesas não previstas até então.

Qualquer proposta de novas vinculações, ou de aumento de percentual de vinculação da Receita de Recolhimento do Estado pelos Outros Poderes e Ministério Público poderão inviabilizar programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício. A Tabela 11 demonstra a inexistência de margem de expansão, o que permite dizer que qualquer acréscimo de vinculação não poderá ser suportado com a previsão de receita apresentada na composição deste documento.

Ofícios

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 341, cujo relator é o Ministro Eros Grau, onde Requerente é o Governador do Estado do Paraná e Requerido a Assembleia Legislativa do Estado comunicando que o

Supremo Tribunal Federal, na Sessão Plenária realizada em 14 de abril de 2010, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido formulado nesta ação direta para declarar inconstitucional a Lei nº 9293/90 deste Estado. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 511/10/GS da Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon - Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em resposta ao pedido de informações requeridos pelos Deputados Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel e Valdir Rossoni, que solicitam esclarecimentos sobre contrato para prestação de Assistência Médica aos Servidores Públicos. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

OFÍCIO Nº 0162/10 GB-ATK

Curitiba, em 13/04/10.

Prezado Senhor:

Sirvo-me do presente para justificar ausência nas Sessões Plenárias dos dias 19 e 20 do corrente mês em virtude de participação no 7º Encontro de Evangelização, Prevenção Contra às Drogas, combate ao fumo e ao alcoolismo, a se realizar em Paranavaí no período de 17 a 21 de abril.

Aproveito o ensejo para me colocar à disposição de V. Exa. a renovar protestos de elevada estima e consideração.

(a) TERUO KATO

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 19/04/10.

Senhor Presidente:

Comunico a V. Exa. que me ausentarei da Sessão Ordinária do dia 20/04/10, em razão de compromissos nos Municípios de Nova Aliança do Ivaí, Tamboara, Alto Paraná, Nova Esperança, Presidente Castelo Branco, Florai, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Sarandi/PR, sem ônus para esta Assembleia Legislativa.

Sendo o que temos a oportunidade, firmamo-nos atenciosamente.

(a) CIDA BORGHETTI

Indicações

INDICAÇÃO Nº 060/10

SÚMULA:

Propõe a Secretaria Estadual dos Transportes que dispense atenção especial a necessidade de pavimentação asfáltica no Município de Moreira Sales.

Ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador José Valentino Mariano do Município de Moreira Sales, que através de ofício nos pede empenho em pleitear junto a esta Secretaria que dispense atenção especial a necessidade de recursos para promover a pavimentação asfáltica e recuperação do asfalto existente no Município de Moreira Sales, bem como a restauração da sinalização e pintura de faixas, no importe de R\$ 200.000 (duzentos mil reais).

II - Conforme argumentação dos munícipes a proposição se faz necessária, pois, a situação é crítica e a precariedade das importantes vias do Município tem trazido inúmeros problemas à comunidade.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho, no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 061/10

SÚMULA:

Solicita a execução de manutenção e melhorias na estrada que liga o Município de Guaporema ao Município de Rondon e construção de trevo de acesso ao Abatedouro de Aves Parati.

Ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador José Carlos Cardoso juntamente com os demais Vereadores da Câmara Municipal de Guaporema, que através de ofício nos pede empenho em pleitear junto a esta Secretaria que dispense atenção especial a necessidade de recursos para promover melhorias no asfalto existente entre os Municípios de Guaporema e Rondon, bem como a restauração da sinalização e pintura de faixas, além da construção de um trevo de acesso ao Abatedouro de Aves Parati.

II - Conforme argumentação dos munícipes a proposição se faz necessária, pois, a situação é crítica e a precariedade das importantes vias do Município tem trazido inúmeros problemas à comunidade.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho, no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 062/10

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, que dispense atenção especial à necessidade de construção de galerias fluviais no Município de Moreira Sales.

Ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador José Valentino Mariano da Câmara Municipal de Moreira Sales, que através de ofício nos pede empenho para que sensibilize esta Secretaria para que dispense atenção especial à necessidade de aquisição de galerias pluviais, no importe de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para o Município de Moreira Sales.

II - O Município não dispõe de recursos suficientes para a construção e a necessidade já atinge um grau de emergência. Sensibilizados com a situação é que recorremos a este expediente.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho, no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios

para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 063/10

SÚMULA:

Propõe a atenção especial ao grave problema de falta de viatura policial no Município de Araruna.

Ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado se digne em dedicar especial atenção ao grave problema da falta de viaturas policiais no Município de Araruna.

II - O nobre Prefeito Renato Toaldo nos encaminhou através de ofício, um pedido de urgência para a liberação de 02 (duas) viaturas para a Polícia Militar e Civil do Município, visto que o Município possui cerca de 13 mil habitantes e uma extensão de 495,7 km², e possui somente uma viatura em má condições de uso para atendimento em toda a cidade, para tanto, solicitam nosso apoio para que envidemos esforços na sensibilização das autoridades competentes para o problema seriíssimo que vem ocorrendo no Município.

III - Quando os policiais saem para atender ocorrências nas localidades e Distritos, a população da sede fica a mercê da marginalidade sem nenhuma viatura.

IV - Esta é uma reivindicação dos moradores em geral, e em especial nestes últimos tempos onde têm sido frequentes os delitos.

V - A insegurança já atingiu patamar muito elevado e somente com atendimento quanto ao aumento dos recursos e o acirramento das rondas ostensivas poderemos minimizar tal situação com enormes benefícios à comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 064/10

SÚMULA:

Sugere ao Governador do Estado a Criação da Coordenação da Região dos Campos Gerais.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado que subscreve a presente Indicação dirige-se a V. Exa. para sugerir e reivindicar que seja criada a Coordenação da Região dos Campos Gerais, nos moldes da Coordenação equivalente existente no Município de Cascavel, que será composta pelos seguintes Municípios: Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Tibagi, Pal-

meira, Teixeira Soares, Imbituva, Ipiranga, Pirai do Sul, Reserva, Ivaí, Guamiranga, Imbaú e Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(aa) JOCELITO CANTO

PÉRICLES DE MELLO

PLAUTO MIRÓ

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1116

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 167/10, de autoria do Poder Executivo, em virtude de não haver recebido emendas durante sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1105

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, respeitosamente REQUER autorização da Assembleia Legislativa do Paraná para se ausentar do País, no período de 26/04 a 12/05/10, com destino aos Estados Unidos.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 1106

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 19/04/10, por estar em audiência no Tribunal de Justiça do Paraná.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 1069

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Paulo Roberto Guedes dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1070

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto

Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Carlos Mocelin, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1071

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aquiles Buss, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1072

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Darci Castorino Gonçalves de Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Fariz Abrão Nasser, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1074

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Floriano Gebieluca, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1075

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Floriano Osatzuk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1076

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Francisco Lara, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1077

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Gerzi Pylipies, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1078

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Joaquim Boaventura Alves de Meira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1079

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Josué Vaz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1080

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Leonilda de Oliveira Gonçalves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1081

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lucio Stanski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1082

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Olga Matilde Iurk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1083

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Margarida Fátima Karpinsk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Indrziad, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1085

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nadir Gonçalves Matoso, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1086

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nelia Grani Agner, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1087

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Plínio Noble Pires, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1088

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rosa

Vitória da Silva Andrade, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1089

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Silveira Prorok, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1090

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Terezi-nha do Rocio Paixão, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1091

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Vacariano Domingues da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Wilson Aparecido Dias, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1093

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Vergílio Carlos Sobrinho, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de pro-

fundo pesar, pelo falecimento do Sr. Ivo Rodrigues, ocorrido no dia 08/04/10.

Sr. Ivo era vocalista da banda Blindagem, símbolo do rock paranaense, que por gerações fez sucesso, sempre bem humorado e com uma voz inconfundível, distribuiu simpatia e aproveitou a vida.

Um homem dedicado à música, sempre feliz e sorridente, fazia graça das coisas da vida.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 1065

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de votos de congratulações ao Sr. Vereador Célio Guimarães, pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo junto ao Legislativo Municipal da Lapa - PR.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1066

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de votos de congratulações ao Município de Maripá, na pessoa da Prefeita Municipal, Sra. Jacira Quirino Alves, pelo 20º aniversário de emancipação política do Município.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Capitão Leônidas Marques pela comemoração, no próximo dia 28 de abril, de seus 46 anos.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Claudiomiro Quadri, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Décio Dallabrida, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais reconfortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé que saudar o Município de Capitão Leônidas Marques, pela passagem de seus 46 anos de história com seu Prefeito Claudiomiro Quadri e o Sr.

Décio Dallabrida, Vice-Prefeito e todos os Srs. Vereadores, que encaram o futuro com aquela invencível confiança transmitida pela sua população.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências, em que os homens e as mulheres dão a vida pelo Município a vencer os desafios colocados em permanente transformação.

Não foi, pois, às artes e às ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua inteligência e sim a agricultura. Não é sem razão que ela é tida como a indústria mãe.

Com efeito, quantas não são, nos tempos modernos, as indústrias que lhe são tributárias e quantas não tem por fim auxiliá-la para que seu rendimento seja maior?

Quantos não são os grandes nomes célebres da história, no terreno das ciências e das artes que não desdenharam de se entregar ao labor fecundo dos campos?

Se é verdade que a industrialização é a característica das grandes civilizações modernas, também é verdade que essa industrialização se baseia nos progressos da agricultura.

A agricultura produz a matéria prima que a indústria consome, razão pela qual uma grande indústria precisa ter a condicioná-la uma agricultura orientada pela técnica e pela ciência.

Fiquem, portanto, certos todos os agricultores do Município de Capitão Leônidas Marques que o meio de vida que abraçaram é um dos mais nobilitantes dentre todas as atividades a que o homem possa se entregar.

Pois, o Município não é meu, ele é de todos os que souberam construí-lo e conservá-lo em favor de seus semelhantes.

Como amigo da população de Capitão Leônidas Marques desejamos nesta oportunidade, prestar sincera homenagem a todos, homenagem esta que dedicamos também aos seus administradores de todos os tempos.

REQUERIMENTO Nº 1121

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de votos de congratulações à Associação Latino Americana de Engenharia de Segurança do Trabalho - ALEST, na pessoa de seu Presidente Sr. CEZAR BENOLIEL, pelos seus 25 anos de existência.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1122

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de votos de congratulações aos novos conselheiros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

- CEDCA/PR, na pessoa da sua presidente Sra. Thelma Alves de Oliveira, pela posse no Conselho para o biênio 2010-2011.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1095

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Ademir Ramos.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ademir Ramos, representante do SESC Portão, que participou ativamente da Páscoa da Cidadania 2010, proporcionando alegria e diversão à comunidade.

Um cidadão que cumpre seu papel social, dando importante atenção ao ser humano, uma pessoa que se destaca na sociedade demonstrando responsabilidade para com o semelhante através de ações que atingem a comunidade como um todo, buscando metas não só pessoais, mas também humanitárias e sociais.

REQUERIMENTO Nº 1096

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Leandro Nunes Meller.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Leandro Nunes Meller, superintendente da Fundação de Ação Social, onde atua prioritariamente na atenção às famílias e nas condições de vulnerabilidade social em que se encontram.

Atualmente na prevenção de situações de risco, seu trabalho é referência na gestão da assistência social, ofertando serviços que visam a socialização e convivência familiar e comunitária do indivíduo, dando-lhe a oportunidade do acesso aos direitos socioassistenciais.

REQUERIMENTO Nº 1097

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Laércio Chiesorin Junior, pela posse na Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas do Paraná.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Laércio Chiesorin Junior pela posse na Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas do Paraná. Formado em Direito e Economia, atua também como docente em várias instituições,

levando seu vasto conhecimento na área pública aos seus discípulos. Sua posse na Procuradoria, vem formatar um trabalho conjunto e integrado de todos os setores e servidores na busca de um Tribunal de Contas referência para a sociedade.

REQUERIMENTO Nº 1098

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Dra. Rogéria Dotti pela posse no Instituto dos Advogados.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Dra. Rogéria Dotti pela posse no Instituto dos Advogados, uma defensora dos direitos do cidadão, protetora das liberdades civis e democráticas, que assegura efetivamente as prerrogativas individuais e sociais. Envolvida com as questões mais relevantes às normas constitucionais, cidadania e direitos humanos, obtém resultados positivos e bons para a realização da paz social e afirmação da cidadania, com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Uma combatente de excelência, forte e firme na busca da concretização dos preceitos do Direito, que contribuirá muito para o aperfeiçoamento e a difusão da legislação, Defensora da dignidade, do prestígio e dos interesses da Justiça e da classe dos advogados.

REQUERIMENTO Nº 1099

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Valdemar Rocha.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Valdemar Rocha, presidente da Associação das Centrais de Rádio Táxi, que representa a entidade, exercendo a coordenação, na defesa, proteção e representação das reivindicações e prerrogativas dos filiados.

Atuando intensamente na luta pelos direitos e por melhores condições, fortalecendo e valorizando a associação com determinação e perseverança para superar as dificuldades, ampliando o reconhecimento do setor que representa perante a sociedade, é um aglutinador da classe.

REQUERIMENTO Nº 1100

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Adoaldo Renato Lenzi.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Adoaldo Renato Lenzi, artista plástico a mais de 40 anos, é autor de centenas de obras que estão espalhadas pelo País e pelo mundo. Especializado em vitrais, mosaicos e murais pintados sobre cerâmicas e restaurações, sua obra destaca-se pela beleza e diversidade de temas. Um artista que se impõe como um dos mais importantes da sua geração.

REQUERIMENTO Nº 1101

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Sra. Luciméri de Fátima Santos Franco.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Luciméri de Fátima Santos Franco, Prefeita do Município de Bocaiúva do Sul, Cidade que administra com responsabilidade e ética, lutando permanentemente em favor do desenvolvimento do Município, fortalecendo as cadeias produtivas que proporcionam à população melhores condições de vida.

Como chefe do Poder Executivo eleita pela vontade popular, demonstra toda sua preocupação como bem estar de seus munícipes, realizando obras sociais, incentivando a cultura, buscando soluções para a educação, fazendo do esporte um meio de socialização das novas gerações e tratando a saúde pública com especial atenção, realizando convênios que proporcionam aos necessitados mais segurança e comodidade.

REQUERIMENTO Nº 1103

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Sra. Juliana Hencke.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Juliana Hencke, supervisora do Distrito Sanitário do Portão, onde atua nas ações de controle de doenças e agravos, inspecionando e liberando licenças sanitárias.

Seu gerenciamento frente ao distrito destaca-se pela competência e rigor no apoio administrativo das unidades de saúde, conquistando metas de qualidade e protegendo a municipalidade dos males que impliquem riscos à saúde.

REQUERIMENTO Nº 1104

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Cesar Antonio Ribas Milleo.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Cesar Antonio Ribas Milleo, formado em Medicina pela Universidade Federal do Paraná, com especialização em Cirurgia Plástica. Atualmente é presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - Regional Paraná, onde agrega valores, conhecimentos e amplia cada vez mais os laços de amizade e companheirismo entre os médicos associados do Estado. Um profissional com vasta experiência na área e considerado um dos mais conceituados Cirurgiões Plásticos do Paraná e do Brasil. Suas atividades englobam entidades carentes e pessoas necessitadas através de cirurgias reparadoras, atendendo de forma voluntária àqueles que passam por privações, demonstrando sua responsabilidade social como cidadão e médico.

REQUERIMENTO Nº 1118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, apresentação de voto de louvor e congratulações aos Presidentes de Associação de Moradores do Município de Cambé, em decorrência dos relevantes serviços prestados à comunidade cambeense e pelo aniversário da Federação de Presidentes de Bairros do Município.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1023

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à professora Rosicler Maria Alchieri.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Rosicler Maria Alchieri, natural de Capanema, mãe de Ferndo e Laura, é professora, formada em Biologia, com especialização nas áreas de Supervisão Escolar, Ciências Morfofisiológicas e Educação Especial.

Chegou à Curitiba em 2008, para assumir a assessoria do gabinete da Secretaria de Estado da Educação, desde então vem realizando seus trabalhos com muito esforço, dedicação, zelo e com qualidade no desenvolvimento de seus projetos e atendimento a toda comunidade da área da Educação no Estado do Paraná.

Pela sua eficiência nos serviços e a atenção dispensada a todos os que necessitam de soluções aos problemas relacionados ao ensino e à Educação no Paraná, proponho esta singela homenagem à professora Rosicler, com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 1113

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário res-

peitosamente, parabeniza o Coritiba Foot Ball Club pela conquista do Campeonato Paranaense de Futebol Profissional no ano de 2010, torneio organizado pela entidade responsável pela modalidade neste Estado, e REQUER o envio de moção e diploma de congratulações aos responsáveis diretos pela referida conquista.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Coritiba Foot Ball Club de futebol mais antigo do Estado do Paraná, sagrou-se campeão estadual de 2010 de futebol profissional no último domingo, dia 18 (dezoito) de abril, após dois anos sem títulos. O último, o Estadual de 2008, prenunciou os excelentes resultados obtidos naquele ano.

O título estadual de 2010, o 34º de sua gloriosa história de conquistas, coroa o ressurgimento do Coritiba no cenário esportivo nacional, consequentemente, dá forças no caminho de retorno à divisão de elite e futebol brasileiro. Em 2009, após uma campanha ruim, foi rebaixado à Série B do Campeonato Brasileiro. Em 2007, o Coritiba venceu de forma magnífica o Campeonato Brasileiro da Série B e conseguiu o acesso à Primeira Divisão para 2008.

A conquista deste Campeonato Paranaense de Futebol Profissional é mais um capítulo da história de bravura e tradição do Coritiba e o credencia a repetir a maior glória do clube e do futebol paranaense até então: o título do Campeonato Brasileiro de 1985. Esta conquista estadual consagra a equipe que obteve o melhor desempenho em todas as fases do Campeonato Paranaense e coloca o Coritiba Foot Ball Club na lista dos favoritos ao torneio nacional de 2010.

Neste sentido, parabenizo o Coritiba Foot Ball Club e seus responsáveis por mais esta conquista, reiterando sua posição de maior vencedor da história do Campeonato Paranaense de Futebol e com a certeza e convicção do brilhante papel a ser desempenhado na Segunda Divisão do Campeonato Brasileiro que se inicia dentro das próximas semanas.

Presidente, Jair Cirino dos Santos; Técnico, Ney Franco da Silveira Júnior; Elenco, Edson Bastos Barreto, Vanderlei Farias da Silva, Wanderson Silveira Gomes, Caio Gobbo Secco, Fábio Pereira da Cruz, Dirceu Wiggers de Oliveira Filho, Jecimaury José Borges, Demerson Bruno Costa, Lucas Michel Mendes, Rodrigo Vieira Heffner, Ângelo Ricardo Versari, Antônio Fábio Francês Cavalcante, Luciano Amaral da Silva Alves, Fábio Faria de Souza, Denir Neves Rezende da Silva, Luciano da Silva, Luiz Paulo Ferreira, Leandro Donizete Gonçalves da Silva, Willian Roberto Farias, Daniel Gomes Soares, Marcos Paulo Ramos da Silva, João Enrique de Andrade Amaral, Enrico Cardoso Nazaré, Hermenegildo da Costa Paulo Bartolomeu, Wesley de Jesus Correia, Rafael da Silva Francisco, Ramon Rodrigo de Freitas, Renato Ribeiro Calixto, Tiago Real do Prado, André dos Santos Pinto, Ariel Gerardo Nahuelpan Osten, Resemar Amâncio e Marcos Aurélio de Oliveira Lima

REQUERIMENTO Nº 1068

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Ministro de Estado do Trabalho; ao Presidente do Senado, Senador José Sarney; ao Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, bem como aos Deputados Federais pelo Paraná, Deputados Gustavo Fruet, Ratinho Júnior, Alfredo Kaefer, Hermes Parcianello, Osmar Serraglio, Wilson Picler, Ricardo Barros, Lupion, Dilceu Sperafico, Marcelo Almeida, Balbinotti, Nelson Meurer, Luiz Carlos Haully, Alex Canziani, Ângelo Vanhoni, Micheletto, Affonso Camargo, Giacobbo, Rocha Loures, Cezar Silvestri, Setim, Eduardo Sciarra, Takayama, Chico da Princesa, André Vargas, Dr. Rosinha, Alcení Guerra, Cássio Taniguchi, Assis do Couto, André Zacharow e Íris Simões, solicitando atenção à preocupação da Associação dos Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná - ALCOPAR, do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado do Paraná - SIALPAR e do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado do Paraná - SIAPAR, entidades representativas do Setor de Bioenergia do Estado do Paraná, em relação à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 231, que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e eleva de 50% para 75% o adicional da hora extra sobre a hora trabalhada.

Segue anexa correspondências das mencionadas organizações demonstrando os prejuízos que a alteração de carga horária e reflexos na atividade produtiva de bioenergia.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1067

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviada correspondência ao Comandante do Policiamento da Capital, CEL QOPM Amaro do Nascimento Carvalho, solicitando ao mesmo obras de revitalização do Posto da 2ª Cia. do 13º BPM da Polícia Militar no Bairro Tatuquara, em Curitiba.

O Posto mencionado fica na rua Enet Dubard, esquina com rua João Enéas Ramos de Sá.

Cabe salientar que a calçada em frente ao referido estabelecimento está muito quebrada, não há muro, tão somente uma tela já destruída.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1094

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações à Mesa Executiva, solicitando as seguintes informações:

1. Em relação ao Sr. Luiz Fábio Campana, funcionário do Quadro Efetivo do Pessoal desta Assembleia Legislativa, qual a sua lotação atual?

2. O referido funcionário solicitou licença sem vencimentos? Enviar xerocópia do processo na íntegra da referida licença.

3. Qual o vencimento do referido funcionário? Enviar xerocópia da ficha financeira dos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010.

4. Qual o tempo de serviço do referido funcionário nesta Casa de Leis? Enviar xerocópia da ficha funcional.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) NEIVO BERALDIN

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná realizará, no prazo máximo de 1 (um) ano, a partir da publicação da presente resolução, concurso público para o provimento dos cargos efetivos criados ou transformados pela Lei nº 16390/10, ainda não preenchidos por servidores estáveis.

Art. 2º Caberá à Comissão Executiva desta Casa, após a realização do cadastramento funcional, previsto no Ato do Presidente nº 002/10, realizar os devidos estudos e apresentar proposta de provimento dos cargos efetivamente necessários à execução dos trabalhos legislativos em todos os órgãos da ALEP.

Parágrafo Único. Após a conclusão dos estudos de que trata o *caput*, deverá a Comissão Executiva da Casa apresentar proposta contendo as alterações da Lei nº 16390/10 necessárias para a eventual substituição de cargos de provimento em comissão pela criação de novos cargos de provimento efetivo para serem providos mediante concurso público.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

Em continuidade ao processo de transparência administrativa em curso na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pautado nos princípios da legalidade, publicidade, probidade, moralidade, transparência e eficiência e já fixando etapas seguintes ao processo de cadastramento dos servidores da Casa, bem como o reenquadramento de todos os servidores lotados em cargos de provimento efetivo, fixado na Lei nº 16390/10, o presente projeto de resolução estabelece um prazo máximo para a realização de concurso público, para fins

de preencher todos os cargos de provimento efetivo, ressaltando-se o direito dos atuais servidores estáveis.

Fixa-se o prazo máximo de um ano para a realização deste concurso, em razão das eleições gerais marcadas para o corrente ano, com sua legislação pertinente, e a necessidade de trabalhos preparatórios para a realização de um concurso público, bem como, em face deste calendário, suceder imediatamente a alteração de legislatura.

O estudo previsto no presente projeto de resolução é condição para se apurar a real necessidade de novos servidores, após a realização do cadastramento em curso e reenquadramento previsto na Lei nº 16390/10.

O estudo também deverá avaliar a possibilidade de substituir cargos comissionados por cargos de provimento efetivo, mediante a realização prévia de concurso público, daqueles previstos na Lei nº 16390/10, mormente para os previstos para os órgãos permanentes da Casa, inclusive as comissões temáticas, concentrando-se os cargos comissionados às instâncias políticas, como gabinetes dos Parlamentares e Lideranças.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 184/10

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os hospitais e estabelecimentos de Saúde instalados no Estado do Paraná deverão fixar em lugar visível a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão.

Parágrafo Único. Da lista a que se refere o *caput* deste artigo, deverão constar as respectivas especialidades médicas.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o público em geral tem necessidade de saber quem são os médicos responsáveis pelas chefias de plantão, bem como, quais são os médicos plantonistas e suas respectivas especialidades, e de suma importância tal divulgação através de painel nas entradas principais e de acesso ao público nos hospitais, Casas de Saúde, pronto-socorros e ambulatorios localizados no Estado do Paraná.

Tal proposição representa uma medida recomendável aos serviços de Saúde Pública no Paraná por ser medida benéfica e de utilidade geral para toda a população paranaense.

Diante do exposto solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade dos hospitais do Estado do Paraná a fixarem em lugar visível, a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão.

PROJETO DE LEI Nº 185/10
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica inserido no calendário turístico oficial do Estado do Paraná a Festa do Cavaleiro de Nossa Senhora da Guia.

Parágrafo Único. Os festejos em louvor a Nossa Senhora da Guia terão início todo primeiro domingo de fevereiro de cada ano, estabelecendo-se ao longo do ano festivo aos Municípios de Rio Branco do Sul, Colombo, e Bocaiúva do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/04/10.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A festa do Cavaleiro de Nossa Senhora da Guia foi criada em 10/03/95, fruto do pagamento de uma promessa feita pelo Sr. Osvaldo Lourenço de Faria, que adquiriu uma imagem da Santa e organizou uma festa em seu louvor, tendo início no Município de Rio Branco do Sul, a festa reuniu aproximadamente 20 cavaleiros.

Em 1996, os festejos tornaram-se conhecidos e populares na região, fazendo com que no mesmo ano o Padre Tadeu Camilo da Paróquia de Rio Branco do Sul, organizasse uma comissão juntamente com os cavaleiros.

Ao longo do tempo a festa tornou-se ainda mais conhecida ultrapassando as fronteiras do Município de Rio Branco do Sul.

Hoje a festa é considerada um movimento itinerante, realizado a cavalo, percorrendo três Municípios (Rio Branco do Sul, Colombo e Bocaiúva do Sul), nas festas a imagem da Santa é acolhida em uma capela e lá permanece até a outra festa, quando então é novamente conduzida para outra localidade.

Tal movimento abrange 4 (quatro) paróquias e 22 (vinte e duas) capelas, tornando-se a manifestação religiosa e festiva maior e mais conhecida a cada ano. Em sua 15ª edição a Festa do Cavaleiro de Nossa Senhora da Guia, reuniu mais de 100 cavaleiros. Os deslocamentos a cavalo com a imagem da Santa e as festas realizadas em cada capela por onde passa, já fazem parte da rotina religiosa e festiva destas comunidades, havendo assim a necessidade da inclusão deste movimento itinerante religioso no calendário turístico oficial do Estado do Paraná; assim sendo é mister o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Deputado Enio Verri, nossa querida enfermeira Deputada Rosane Ferreira, colegas Parlamentares, paranaenses que acompanham as transmissões desta Casa pela Rede MERCOSUL, TV SINAL e também pela internet.

Inicialmente pedi aqui para que a tevê dê um close nos Reitores das universidades estaduais. Eles estão aqui na luta pelas suas universidades. É um projeto que vamos votar aqui a pouco, que regulamenta os cargos de confiança e os cargos comissionados. Parabéns aos reitores que, zelosos no cumprimento de suas missões, estão aqui acompanhando. E acreditamos que, pelo clima, o projeto haverá de ser aprovado por unanimidade.

Registro com pesar o falecimento de um colega radialista de Londrina, da Rádio Paiquerê, J. Rodrigues que nos deixou hoje aos 75 anos. Ele lia o jornal da manhã, há muitos anos, na Rádio Paiquerê AM. E também do Diego Aguilera me informando que seu avô, grande arquiteto de Londrina, Ezabelino Aguilera, também faleceu. Nosso respeito às famílias enlutadas.

Leio aqui o e-mail do meu amigo Milton Nandes, de Londrina: *Deputado Belinati! Como aconteceu dias atrás com uma senhora de idade, novamente uma jovem chegou ao terminal central de Londrina na linha 303, com fortes dores no peito. Mas uma vez precisaram levar ao PAM em um carro de um funcionário. Em entrevista à televisão, o chefe dos seguranças mencionou a necessidade de se ter funcionários, bem como ambulância equipada para dar atendimento imediato de primeiros socorros até chegar ao PAM. O mesmo informou que sempre ocorre este tipo de incidente, visto haver um grande fluxo de passageiros que passam por ali todos os dias.*

Entendo o que o Sr. Milton está dizendo, que em local de grande aglomeração pública, deveria ter sempre uma ambulância por perto. Num terminal deve ter todos os dias pessoas que sentem-se mal. E às vezes, por falta de atendimento, isso vale para todo Paraná e todo Brasil, a pessoa acaba falecendo.

Mesmo sendo atleticano, a minha homenagem ao Curitiba. Venceu bonito o campeonato, pois ganhou de um grande time. Agora é esperar que o Atlético se reabilite em cima do nosso Palmeiras na quarta-feira.

Tenho aqui um e-mail de Edenir Silva: *Olá! Deputado, Bom-dia! Como vão as coisas? Espero que encontre tudo bem aí, na mais santa paz. Bem, sou coordenador de um setor de apoio às pessoas com deficiências visuais de uma entidade de ação social. No fim do*

ano passado, nossa equipe de atletas paradesportistas formados por deficientes visuais, representou nossa Cidade e Estado na Copa Brasil de Golbol, (esporte criado e adaptado exclusivamente para pessoas com deficiências visuais), onde conquistamos um ótimo resultado.

Agora estamos qualificados para a Regional Sul de Goal Ball, onde iremos representar mais uma vez nossa Cidade em âmbito nacional, em busca de cada vez mais uma melhor representação para nossa entidade e Cidade, e patrocinadores.

E mais uma vez chegamos a você, para se possível for, solicitar uma colaboração, através de um apoio financeiro ou material, ou até mesmo a divulgação de nosso caso, para quem sabe alcançarmos a sensibilização de algum empresário ou até uma pessoa que tenha o desejo e condições de nos ajudar com a quantia de R\$ 1 mil e 500 ou qualquer outra quantia que seja, pois já será de muita valia para nós, quantia esta que será paga para custear nosso transporte, hospedagem e alimentação.

Somos um grupo formado por 11 atletas e quatro membros da delegação, totalizando 15 pessoas.

A competição será na Cidade de Londrina - PR, nas datas de 07, 08 e 09/05/10, e ainda não temos nada da quantia necessária.

Sairemos da Cidade de Curitiba na manhã do dia 7 e chegaremos de retorno na noite do dia 9, levando em conta que tanto o trajeto de ida quanto o de volta leva em torno de sete horas.

Como contrapartida, como já fizemos no final do ano passado, na competição anterior, poderemos divulgar a empresa, entidade ou pessoa, nos meios de comunicação, meios estes os quais já estivemos antes do evento para divulgação do mesmo e já temos marcado para retornarmos após o evento. Confeccionaremos com nossos próprios recursos camisetas com logos de todos os nossos apoiadores, ou deixaremos a cargo do apoiador a confecção de banners ou faixas da forma e formatação desejada por nosso apoiador, os quais serão realizados com recursos do próprio apoiador. Usaremos esses materiais em eventos e nos meios de comunicação onde formos solicitados a comparecer. Faremos a divulgação e nos colocamos à disposição para comparecer em eventos e lugares solicitadas por nossos apoiadores durante um período de até 60 dias após a data de início da competição, a saber, 07/07/2010.

Desde já agradeço!

Abraços!

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Aí vêm aquelas dificuldades que Edenir Silva relata aqui. Cabe aos órgãos públicos dar todo apoio. É um gesto de amor e o Governo tem que dar apoio. Voltaremos a falar sobre esse assunto.

A nossa equipe, o Gena, Gustavo, Márcia, Kely, Alan e a Fernanda têm preparado aqui e-mails e,

segunda-feira venho com a pasta carregada. Nem sempre dá tempo de ler todos os e-mails, mas é uma bênção que Deus me dá poder vir a esta Tribuna, Presidente Nelson Justus, e poder estar falando aqui. Ainda agora pouco, recebi um e-mail, que vou ler num outro dia, de uma pessoa que está em Montreal, no Canadá, nos assistindo. Ela até pediu uma foto minha, não sei para quê, mas se não tem foto minha não perdeu nada, não é? Mas ela está lá em Montreal acompanhando o trabalho da Assembleia Legislativa. A importância que tem, hoje, a internet, a própria TV que transmite, aqui, em nível de Paraná.

E-mail do Sr. Edson Pereira Rodrigues: *Olá, Deputado Belinati! Estou aqui ouvindo suas palavras. Gosto muito da sua forma de discursar, de falar, porque V. Exa. fala a linguagem do povo. Gostaria que acrescentasse em vosso discurso algumas palavras em defesa dos aposentados. É o seguinte: o Governo trata mal os aposentados, nega o aumento de aposentadoria e coisa do gênero. É verdade, Sr. Edson Pereira Rodrigues. Ainda agora, o Senado está votando um aumento de 7% para os aposentados e aposentadas que ganham acima do salário-mínimo pode ser uma aposentadoria de R\$ 600. O pessoal do Lula não quer dar aumento de 7%. É uma porcaria 7%, mais isso mostra o desrespeito, a desconsideração do Governo com criaturas que trabalham 30, 40 anos. Eu conheço pessoas que trabalharam mais de 50 anos que se aposentam, tem uns que não querem nem se aposentar porque não vale a pena.*

O Presidente Lula tem feito grandes obras, é um Presidente popular, muito querido, mas nesta área do aposentado não está com nada o Presidente Lula não. O setor que estiver bem vamos elogiar com total independência, mas para os aposentados o Governo Lula pisou e esmagou em cima do respeito que deveria ter e não tem com os aposentados. Então, está aqui o Sr. Edson Pereira Rodrigues dizendo que o aposentado tem uma força muito grande, e é verdade, que nem o próprio aposentado sabe a força que tem. Ninguém vai colocar o bumbum na cadeira lá do Palácio do Planalto ou no Plácio do Alvorada onde o Presidente mora, em Brasília, se não tiver o apoio dos aposentados, também. Não tenha dúvida, são milhões e milhões de aposentados. Uma grande parte dos aposentados, têm filhos, netos, bisnetos, amigos, mas, independente de voto, é questão de justiça, de direito e não está acontecendo.

O Sr. Edson ainda diz aqui: *por exemplo, o meu pai é aposentado, veja bem o peso do título de eleitor dele, tem três filhos, três noras a esposa, quatro netos, isso parentes em primeiro grau. Portanto, querido Deputado Belinati, o voto do meu pai vale 12 votos. Ele influencia toda família. Por isso que digo que os aposentados podem salvar o Brasil, só não salvam porque não sabem a força que têm. Quando V. Exa., Srs. Governantes, verem um velho de cabeça branca, andar cansado, rosto sofrido, mãos calejadas pelo tempo, pensem no peso do voto deste aposentado. Muito obrigado pela oportuni-*

dade. Este é o e-mail do Sr. Édson Pereira Rodrigues, filho de um aposentado.

E-mail: professor José é de Foz do Iguaçu: *Gostaria de lhe sugerir projetos que tratem da situação dos professores estaduais.* Ele fala aqui do reajuste salarial, da equiparação de 25,97%, também defende que apresentemos um projeto de aumento da hora atividade, pois 20% que é o que o Governo paga é muito pouco. Ele defende, também, a redução do número de alunos em cada sala de aula. Está certo o professor José, porque se uma sala estiver lotada de estudante, ele não vai conseguir passar toda a matéria e ministrar um ensino, uma educação. Infelizmente, isso está acontecendo em alguns lugares.

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. que tem um brilhantismo extraordinário, uma inteligência rara, conhece muito bem esse problema como ninguém. O excesso de alunos em uma sala de aula não é produtivo. Não é bom para o professor e para o aluno.

E-mail da Luana: *Acompanho com atenção sua atuação na Assembleia Legislativa, com projetos que se tornam polêmicos na busca do bem estar da comunidade e principalmente do eleitor.*

Gostaria se possível de sua atenção para uma necessidade apresentada em minha vida profissional.

Sou funcionária pública estadual, trabalhando com a SEED (Secretaria de Estado da Educação) em uma secretaria de escola desde 1991. Comecei contratada pelo regime CLT até que no concurso realizado em 2005 fui aprovada e efetivada no cargo de agente de execução II (técnico administrativo) função que exerço até o momento.

Tomei exercício na função em 2006, já passei pelo estágio probatório. Até hoje não tive nenhuma elevação e no ano passado em 2009 foi criado o Plano de Carreira dos funcionários da Educação (QFEBE). Como havia opção e acreditei que permanecendo no Quadro Geral do Estado haveria mais vantagens permaneci.

Acreditei na possibilidade de mudança de secretaria, pois gostaria de sair da Educação e passar para outra secretaria já que existe a possibilidade uma vez que sou do QG (Quadro Geral), desde que tenha vaga para transferência.

O problema consiste que aqui em Londrina onde moro com minha família o NRE (Núcleo Regional de Educação) não informa onde existem vagas. Somente dizem que tenho que encontrar a vaga, pedir pra que seja feita uma solicitação da outra secretaria para poder pedir a minha liberação.

Esta situação esta me deixando bastante insatisfeita, pois não consigo solução e orientação. Acredito na valorização pessoal na importância de desenvolver um trabalho com alegria, motivação e ser reconhecida por ele. Gostaria de ter meu direito de ir e vir respeitado segundo a constituição.

Não acho justo com o contribuinte o número de funcionários públicos afastados por doenças ocupacionais, por tristeza e síndromes.

A minha formação técnica é: tecnólogo em Administração de Pequenas e Médias Empresas, pós-graduação em Gestão de Pessoas e atualmente curso disciplinas para concluir o bacharelado em Administração. Se houver possibilidade de alguma orientação agradeço e me coloco a disposição para qualquer esclarecimento.

Está aqui esse pedido, que vamos encaminhá-lo.

Ontem foi o Dia do Amigo, mas antes de falar sobre isso, tenho uma correspondência que os Deputados estão recebendo neste momento, que é contra o Governo do Paraná. É uma bronca que não é aqui da Assembleia. É uma bronca nacional contra o Governo do Paraná. Vem de Brasília e é assinada pelo Dr. Luís Machado de Castro, da ANADEP - Associação Nacional dos Defensores Públicos:

(Lê):

Sr. Deputado: Tenho a honra de cumprimentá-lo e, na oportunidade, encaminhar nota pública da Pastoral Carcerária Nacional - CNBB repudiando o convênio celebrado pelo Estado do Paraná com a OAB/PR e o Tribunal de Justiça do Estado, para contratação de advogados dativos.

Colho o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração.

E-mail da Geni Rosa, que diz: *Deputado Belinati, gostaria de saber como está o planejamento, para a revitalização da praia de Caiobá. Estão cobrando IPTU, trocou o Prefeito, tem gente satisfeita, mas tem uma parcela que acha que falta muito ainda, para recuperar Matinhos, Caiobá, o Litoral do Paraná.* Porque se o Litoral não estiver bem arrumado, uma grande parte dos veranistas vai gastar o nosso dinheiro, do Paraná, em Santa Catarina ou em outras praias. Então, fica aqui um pedido para o Prefeito de Matinhos, para acelerar a recuperação das praias de Caiobá e Matinhos.

Ontem, Presidente, foi o Dia do Amigo. Tem o e-mail do Joel Pedro Túlio, que diz: *Deputado Belinati, um amigo fiel é firme. Há quem o ache. Quem encontra um amigo fiel encontrará riqueza. Mas há também o companheiro de mesa.*

Quando o cara está com o bolso cheio de dinheiro como aparece amigo. Aparece até parente que nunca ouviu falar. Se o cidadão ganhar na mega sena então, chove parente.

Ontem foi Dia do Amigo. A minha gratidão aos milhares de amigos e amigas que em 42 anos, sempre que preciso encontro um ombro amigo, o calor humano, o apoio, a solidariedade e inclusive o voto para poder estar aqui cumprindo o nosso mandato. Agradeço a Deus pelos amigos e amigas e pela ajuda, pelo calor humano de tantos milhares de amigos. Feliz da pessoa que conta com bom círculo de amigos. O ser humano pode ser dotado de grandes bens materiais, ter fazenda, iate, dinheiro, mas se não tiver uma família bem estruturada e se não contar com amigos fiéis, da alegria, da tristeza, da dor e dos grandes momentos, jamais essa pessoa será feliz.

Obrigado a Deus por tantos amigos que o senhor tem me proporcionado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, na última sexta-feira tive o privilégio de poder participar do seminário, do PAC 2. Lá estiveram presentes o nosso Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; a Mirian Belchior Coordenadora Geral do PAC; a Inês Magalhães que é Secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades; Olavo Noletto que é da Secretaria da Presidência da República, além de representantes da FUNASA e do FNDE e também nosso Governador Orlando Pessuti e a nossa dirigente estadual do Diretório Nacional Gleisi Hoffmann.

Essa oportunidade, Prefeitos, Prefeitas, Vice-Prefeitos, Secretário de Planejamento, responsáveis na área de elaboração de projetos, tiveram a oportunidade de conversar com a equipe técnica da Coordenação Geral do PAC ligadas a Mirian Belchior e tiveram as explicações de como acessar recursos do PAC 2.

No PAC não existe contingenciamento de verba. Prefeitos e Prefeitas de todos os Municípios e o Paraná foram privilegiados porque foi o primeiro Estado que vieram para dar explicações. Diferentemente de outras épocas é Brasília que vem até os paranaenses, até os mais interessados que são os Prefeitos e Prefeitas do Estado, para discutir como acessar esses recursos do PAC. Trouxeram suas equipes técnicas, foram tiradas as dúvidas e certamente, muitos milhões de reais serão carreados de forma espalhadas para todos os Municípios do Paraná, desde que os Municípios se organizem de forma eficiente e faça seus projetos com a parte técnica toda suprida.

Os investimentos do programa, somam R\$ 951 bilhões.

E a posição criticou o PAC 2. E teve a oportunidade de fala técnica da Mirian dizendo que se não planejar, nem o setor privado, nem o público, seja estadual ou municipal, pode se programar a execução dos gastos no seu orçamento, no seu PPA na sua LDO. Planejar é necessário. Passou-se o tempo que não tenha mais direcionamento para onde serão carreados os recursos da União para atender as demandas dos Estados e Municípios.

Por isso que a União vem para o Estado, fala com os entes Federados, com o Governador, no caso, com o seu secretariado, conversa com os Prefeitos para orientar certinho para acessar esses recursos.

São R\$ 195 bilhões em obras de infraestrutura urbana, na área Social, Saúde, Educação e Habitação.

O Minha Casa, Minha Vida na segunda etapa terá 2 milhões a mais de unidades habitacionais. Na primeira foi prevista 1 milhão de unidades habitacionais e os Esta-

dos e Municípios não estavam preparados para tanto recurso e tanto projeto de capacidade de execução, de acordo com a vontade do Governo Federal. Nunca houve tanto recurso para ser investidos nos programas, em todos os setores das necessidades reais do Municípios.

Só para citar alguns exemplos - serão contempladas rodovias estruturantes no Estado, portos aqui no Paraná, aeroportos, pontes e uma ação concreta no Afonso Pena aqui, só para citar exemplo importante com relação a terceira pista.

Lá no Oeste do Paraná, Deputado Cheida, R\$ 280 milhões para reestruturação completa da BR-163, do trecho Cascavel/Guaíra prevendo inclusive trechos com pista dupla. É muito recurso. Além da obra do PAC 1 que está pleno vapor que o contorno oeste de Cascavel, R\$ 45 milhões.

Então, eu fiquei muito feliz de estar lá e foi...

(Término do tempo)...

(Presidente concede mais um minuto para o orador concluir)

... e as explicações do PAC 2 e tive uma surpresa muito boa e positiva - estimei a criação de consórcios, caros Deputados, um dos consórcios lá da Região Oeste, o Sinderosop, formado pelo Município de Vera Cruz, São Pedro do Iguaçu, Ouro Verde do Oeste, Ramilândia, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras e Matelândia, esse consórcio se consolidou, se firmou e um outro também, um consórcio ligado a região... **(ininteligível)**...são vários Municípios, além de outros que se formaram.

O Ministério anunciou, o Ministério do Planejamento através da Mirian Belchior, que é Coordenadora do PAC 2, 20% a mais, vejam só este dado relevante, 20% a mais de recursos para aqueles Municípios que se associarem, que se consorciarem para execução de obras em benefício de sua população, sabe, que na medida que se consorciarem otimizarão equipamentos...

(Término do tempo de um minuto concedido para que concluísse o pronunciamento)...

Encerro, Sr. Presidente, então, é um momento rico que vive o País e certamente que cada Prefeito e Prefeita desta Nação e Estado precisa orientar sua equipe técnica para fazer os projetos técnicos que terão recursos muito legais na área da Saúde, de Segurança, Habitação, Saneamento e tantos outros lugares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, já solicito o horário do PPS.

(Lê):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho até esta tribuna cumprir a tarefa de comunicar a posição oficial da Bancada do PPS acerca da crise instalada nesta Casa em virtude dos fatos amplamente divulgados pela imprensa, sob a rubrica geral de 'Diários Secretos'.

Todos os três integrantes da Bancada do PPS - o Deputado Marcelo Rangel, o Deputado Douglas Fabrício e o Deputado Felipe Lucas - somos, por coincidência, Deputados de primeiro mandato. E ao longo destes últimos três anos obtivemos alguma experiência Parlamentar, mas o impacto das notícias, a sua extensão, os quase inacreditáveis desdobramentos e, sobretudo, a ausência de respostas precisas, nos levou a refletir sobre a nossa conduta e posicionamento diante desses tristes episódios.

Levamos essa inquietação às bases do nosso partido. Por iniciativa dos três Deputados do PPS, dividimos com cada militante a responsabilidade de encontrar um caminho que seja capaz de resgatar a respeitabilidade da instituição, junto à qual, temos a honra de representar o povo do Paraná.

Buscamos essa decisão na experiência de nossas lideranças, assim como, no inconformismo dos mais novos, ouvindo o clamor das ruas e às manifestações dos mais representativos organismos da sociedade.

Tudo isso nos conduz a uma irrevogável decisão:

É imperativo subscrever e apoiar a decisão do partido tomada nos primeiros dias após o surgimento das denúncias. Os Deputados da Bancada do PPS, Felipe Lucas, Douglas Fabrício e Marcelo Rangel, registram e cobram:

- 1) respostas imediatas e acompanhamento do processo de investigação promovido pela sindicância interna instaurada na Assembleia Legislativa do Paraná;
- 2) apresentação pública e periódica de relatórios e conclusões desta atual sindicância;
- 3) auditorias externas promovidas por instituições isenta e de notória credibilidade no Brasil, como a Fundação Getúlio Vargas;
- 4) auxílio e transparência na busca de informações públicas e qualquer cidadão ou entidade;
- 5) acolhimento à liberdade de manifestação e expressão promovida por movimentos sociais e a sociedade civil organizada, desde que, legitimadas por ações pacíficas, ordeiras e republicanas;
- 6) apoio ao trabalho independente e livre do Ministério Público e da Polícia Federal.

Por fim, a bancada dos Deputados do PPS pede, que um ato de grandeza e transparência, o Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus abra mão da investidura do cargo de Presidente da Assembleia Legislativa para que esta instituições reencontre o trilho da normalidade.

Acrescenta-se que pelo ato de afastamento não haja a presunção de julgamento e culpabilidade, mas que se proceda a investigação pontual e respeitei-se a ampla defesa, com divulgação, correção e ações para reparar possíveis erros.

Punições precisam ser exemplares para o resgate da imagem e credibilidade da instituição legitimamente constituída.

Àqueles que diferem da nossa opinião, apelamos à sensatez, ao espírito público e ao bom debate para que se compreenda e aceitem essa determinação em conjunto.

O Poder Legislativo constitui-se em um dos maiores patrimônios da democracia.

Esta Casa representa a todos os cidadãos paranaenses, e por isso precisa ser, por atos de dignidade e coragem, defendida e respeitada.

Esta é a nossa posição.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

É bem verdade... eu recebo o pedido de V. Exa., não sei se por escrito, até para que possa respondê-lo com a maior tranquilidade possível.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou tratar de um tema que é maior, do ponto de vista público, do que foi tratado pelo Deputado Marcelo Rangel. Embora, por óbvio, penso que o PPS pode promover um debate sobre este tema. A Assembleia tem discutido o tema, acho que todas as opiniões devem ser discutidas, mas tenho apresentado ao Deputado Nelson Justus a necessidade de discutir tudo com este Plenário. Tudo. Penso que estamos votando, inclusive hoje em 2ª discussão, duas resoluções que fazem parte das medidas moralizadoras. Ao mesmo tempo, temos uma terceira resolução que está sendo preparada pelo 3º Secretário da Casa, o Deputado Elton Welter, que estabelece um prazo determinado para a feitura de um estudo que possibilite à Assembleia definir quais são os cargos em comissão que possam ser transformados em cargos efetivos principalmente naquilo que envolve a administração da Casa e para o funcionamento das comissões.

Penso que a resolução que está sendo preparada pelo Deputado Elton Welter tramitará por esta casa e será de extrema importância. Diria que é terceira medida moralizadora proposta por esta Mesa Diretora. Entendo, Sr. Presidente, que estamos vivendo um período de dificuldades, mas indiscutivelmente temos que, como Parlamento, fazer funcionar o Poder Legislativo.

Entendo que democracia, todos os pedidos, como este pedido, têm que ser submetidos ao Plenário. Quanto mais breve for submetido ao Plenário, melhor é. Nada aqui deve ficar nas gavetas. Ao contrário, deve tramitar, e as deliberações têm que ser do coletivo. A Assembleia não pode tratar nada do ponto de vista pessoal. Acho que tem que se entender isso: Presidente Nelson Justus chefia o

Poder Legislativo. Mas, todas as decisões que está tomando são decisões tomadas pelo colegiado. E não podemos mudar esta realidade, sem que haja uma profunda e intensa participação de todos os 54 Deputados desta Casa. Até porque do ponto de vista público, estamos numa mesma vala comum, mais ou menos. Penso que as medidas que são moralizadoras são importantes e temos que continuar avançando com elas.

Entre estas posições, que são partidárias, políticas, elas fazem parte de um contexto que sabemos dos interesses, muitas vezes pessoais e eleitorais, até compreendo isso. Afinal de contas, muito jovem ainda, me interessei pela política e entendo que a política é uma arte fantástica de fazer o bem. Mas, também na política temos que reconhecer que tem muita gente que viceja de uma forma oportunista. Como diz sempre aqui, o Waldyr Pugliesi, como uma bactéria. Bactéria, obviamente, é oportunista. Surge num momento, justamente, da fragilidade do organismo onde ela está instalada. Então, de fato, nada como uma boa penicilina para matar a bactéria.

Quero dizer o seguinte: parabéns a toda nação alviverde. Entendo que de fato este ano, especialmente, de 2010, por conta do Coritiba, infelizmente, ter disputado a 2ª divisão, era necessário para a autoestima de toda esta nação alviverde. Parabéns a todos, desejo sucesso, que tenham um bom campeonato brasileiro. Indiscutivelmente, penso que o Atlético contribui com este momento de alegria para todos.

Venho a esta tribuna para me desincumbir de uma missão que na última quarta-feira cumpri, fui a Brasília para tratar da liberação dos recursos de uma emenda coletiva para a construção do hospital regional de Cornélio Procopio, audiência com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Audiência extremamente produtiva, porque tínhamos mais de 10 Deputados Federais presentes. Todos os Prefeitos da região da AMUNOP. Ainda consegui, no dia, por uma questão de agenda e isso foi importante, a presença do Governador Orlando Pessuti, acompanhado do Secretário da Saúde, o Carlos Moreira. Também tenho que reconhecer da ex-Presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que compareceu à audiência, porque afinal de contas, o dinheiro, os R\$ 15 milhões, estão lá no caixa do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Foi uma audiência extremamente produtiva. A Secretaria de Saúde do Estado do Paraná está fazendo o desenho de modelo de hospital que queremos. Vamos formalizar, Deputado Luiz Eduardo Cheida, que aliás participou deste processo de discussão em outro momento, mas vamos formalizar o pedido e ficamos na dependência do Ministério do Planejamento, de fazer, efetuar, a confirmação, para poder liberar os R\$ 15 milhões. Ao mesmo tempo, o Estado do Paraná, a partir da presença e do endosso do Governador Orlando Pessuti, também o Estado do Paraná entra firme nesta parada, para que possamos construir este hospital público. Diga-se de passagem, também outro hospital que desde o ano passado está liberado, também, foi ele

referendado pelo Governador Orlando Pessuti, e pelos Deputados Federais da nossa bancada, que é o hospital regional de Toledo, que é dinheiro que tem que ser liberado pelo Governo Federal e que terá parceria do Governador do Estado.

Participei desta audiência e depois, aquilo que venho debatendo muito aqui, que foi uma audiência privada, entre o Governador Orlando Pessuti, Secretário Carlos Moreira, com a minha presença, e depois com o Secretário Nacional de Vigilância Sanitária, sobre a discussão da universalização da vacina contra a Gripe A, a Gripe H1N1. Foi uma audiência com o Secretário Nacional Gerson Pena, que é o Secretário de Vigilância em Saúde, do Ministério.

Vou encaminhar depois, já era para ter lhe encaminhado e ao Deputado Luiz Eduardo Cheida, ao Deputado Dr. Batista, Felipe Lucas, Luiz Accorsi, que são Deputados, que são médicos da área da Saúde, enfermeira Deputada Rosane Ferreira, com as informações técnicas do Ministério. Primeiro, uma constatação: não existe no Brasil e nem no exterior suficiente estoque para poder vacinar os 190 milhões de brasileiros. Primeira constatação.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

O Ministério está distribuindo 90 milhões de doses de vacina. Tem um estoque de reserva estratégico de 10 milhões e nós também, inclusive, ao discutir com o Ministério, mostrando os dados, na verdade, se olharmos o que aconteceu em 2009, verificaremos que para cada pessoa que era acometida do vírus H1N1, no Norte e Nordeste, 35 são na Região Sul do nosso País. Vejam a diferença, 35 por um. Temos que vacinar um grupo de 50%, praticamente, dos paranaenses, daqueles grupos de faixas etárias que foram identificados como os mais suscetíveis à ocorrência do vírus da Gripe A. E isto, obviamente ensejou uma longa explicação do Secretário de Vigilância e Saúde sobre aquilo que eles entendem como o sucesso que pode ser o bloqueio da transmissão do vírus da Gripe A a partir, é claro, de poder justamente que aqueles grupos que tenham o antecedente de morbidade possam ser imunizados. E essa imunização também dos grupos de faixa etária de 0 a 2 de 29 e de 30 a 39, que são os grupos mais suscetíveis, indiscutivelmente são os grupos que receberão a vacina.

Agora, até o dia 15 de maio ou talvez antes um pouco, nós teremos um balanço de quantas doses a mais de vacina poderão ser oferecidas ao Paraná em função do sucesso do ponto de vista do atingimento das nossas metas, porque estamos em primeiro lugar em todas as faixas, com exceção do grupo de 20 a 29 an'sos. O jovem nessa idade é muito autossuficiente e nós estamos em 4º lugar no Brasil de atingimento da nossa meta e nos outros grupos nós estamos em 1º lugar, sendo que para a criança pequena os pais tomam o cuidado, a cautela de levar as

crianças para serem vacinadas, mas os jovens de 20 a 29 anos estão naquela época da vida em que nos consideramos quase que indestrutíveis e por óbvio um desafio nosso é vacinar todos aqueles que têm que ser vacinados nessa faixa etária.

Agora, indiscutivelmente é necessário, sim, que a Comissão de Saúde desta Assembleia Legislativa traga para discussão a Secretaria de Estado, o Secretário Carlos Moreira. Aliás, diga-se de passagem a feliz escolha do Governador Pessuti para substituir o Gilberto Martin pelo Secretário Carlos Moreira, sendo que já tivemos um debate à altura, que mostra justamente a qualidade do ponto de vista do conhecimento técnico e científico do Secretário da Saúde do Estado do Paraná, sendo aliás muito bom o nível do debate com o Secretário de Vigilância e Saúde porque ele é um professor doutor nessa área, então é alguém que conhece profundamente o tema e o debate se dá não apenas por nós, leigos. E de ruim ele nos deu a notícia, que já é pública, de que o Ministério da Saúde vai recorrer da decisão da 2ª Vara Cível da Justiça Federal de Curitiba, que liberou para todos, no prazo de 20 dias, a vacina da Gripe H1N1, pelos fundamentos técnicos e científicos que ele expôs. Ao mesmo tempo criaremos um debate proveitoso para a sociedade se identificarmos justamente quais são os desafios que temos para poder, com 50% da população vacinada, propor e discutir com o Ministério aquilo que queremos, porque obviamente reafirmamos, o Governador Pessuti, o Secretário Carlos Moreira e eu, que falei em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, da necessidade de universalizar a vacina. Claro que lá descobri que a única vacina que foi universalizada no mundo até hoje foi contra a varíola, e foram seis anos para se conseguir universalizá-la. Os outros Países, como na Europa e Estados Unidos, não estão universalizando a vacina contra a Gripe H1N1 e sim estão trabalhando em grupos específicos.

Mas, indiscutivelmente, a nossa região, a Região Sul como um todo, é uma região muito suscetível à incidência da Influenza, especialmente a Região Sul, e foi feito inclusive o debate. Falei que em Curitiba e na Região Metropolitana foi justamente onde tivemos a maior incidência em 2009, toda a estratégia, e inclusive relembrei a ele quando o Ministério era intransigente para liberar aqui o protocolo para poder fornecer Tamiflu para todos.

Contei para ele e falei: se o senhor não sabe, foi assim. E aí detalhei a ele como havia sido aquele debate, aquela discussão dentro do Governo, que eu nunca publicamente disse como foi, mas foi uma questão que pudemos atuar em nome da Assembleia Legislativa.

Temos um problema bem objetivo: não tem vacina para todos. Esse é um ponto que não temos como superar. Tanto que saímos de lá e fomos conversar com o Secretário da Ciência e Tecnologia. O Governador Pessuti foi lá dizer que quer discutir para poder comprar US\$ 5 milhões de vacinas. Custa caro! Custa em torno de R\$ 16.

O Ministério comprou 100 milhões de vacinas a um custo de R\$ 1 bilhão e 600 milhões. Mas não tem vacina para ser comprada no mercado. São seis laboratórios que fornecem. A vacina tem uma questão de logística muito complexa, por cada um dos frascos só 10 pessoas podem ser imunizadas. Tem a questão do prazo de validade, da distribuição. Há uma grande complexidade que envolve a imunização pela vacina.

A Comissão de Saúde pode promover um debate aqui, e será muito importante sobre essa questão que envolve a saúde da população. Vou encaminhar esse relatório da estratégia nacional de enfrentamento da segunda onda da Influenza pandêmica H1N1 aos Srs. Deputados. Penso que vai ser muito útil para uma análise mais técnica, especialmente dos Deputados que são profissionais na área da Saúde aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero trazer a esta Casa um assunto que não é competência direta a nível estadual, mas como somos representantes do cidadão em qualquer esfera, tenho certeza que é preciso nos mobilizarmos em torno do que está acontecendo em relação ao serviço de entregas de postagens no Estado do Paraná e no Brasil.

Tenho recebido centenas de pessoas que têm colocado seu desespero, seu reclame em relação aos atrasos de correspondências, e sabemos que isso tem ocorrido a nível nacional, explicado pelo Correio que é a deficiência no número de aeronaves, de funcionários. Mas não podemos imaginar! A Gazeta do Povo publicou, na semana passada, uma reportagem que estamos, em Curitiba, com um atraso de quatro, cinco dias na entrega das correspondências que é de mais dois, ou seja, postagem mais dois dias. Mas o que me preocupa é ainda o atraso muito maior que tem ocorrido na Região Metropolitana. Aí vemos pequenas empresas, empresários, médios empresários, os cidadãos de forma geral desesperados, porque estão pagando mensalmente multas, juros pelo atraso da chegada dos boletos bancários, que chegam, muitas vezes, com 10, 12, 15 dias de atraso.

Sabemos da determinação, da organização e da capacidade do nosso Diretor dos Correios do Estado do Paraná, Dr. Itamar Ribeiro, com o qual estive conversando na semana passada, ele me colocou que grande parte desta falta de carteiros, que muitos deles, ao entregar correspondências com 10, 12 dias de atraso, estão sendo ameaçados pelas pessoas, porque a primeira pessoa que ela vê é o carteiro que chega e ela sabe que vai pagar multa de 2, 5, 10% e vai pagar juros, correção

monetária, e com certeza o culpado não é o carteiro, o culpado não é o diretor, mas é a determinação central em Brasília, do nível federal no Correio, que resolveu mudar o sistema de contratação, não mais delegando poder, responsabilidade as esferas estaduais, mas fazendo um contrato nacional de contratação de mão de obra, que tenho certeza, não melhora, piora muito o atendimento, e essa demora é um atraso de mais de seis meses na realização desse concurso, dessa seleção para contratação de carteiros, que tem colocado em pânico todo Sistema Estadual, e aí creio que nós Deputados temos que encaminhar em expediente aos Correios em Brasília, para dizer que eles estão distante do problema, que não estão sentindo na carne o problema e que precisa determinar que as regionais, as esferas estaduais dos Correios façam, tenham condições e não fiquem reféns da burocracia nacional, não fiquem reféns da centralização nacional e possam fazer aqui a seleção para a contratação de 100, 200 carteiros, para que possamos colocar em dia a situação, que realmente é desesperadora, especialmente na Região Metropolitana, que padece muito por ser uma região que mais cresce e que as pessoas não têm onde recorrer e nos buscam para que possamos falar em nome delas e possamos ajudar a diretoria do Estado do Paraná a realmente resolver o problema. Somente na Região Metropolitana a deficiência aí seria em torno de 100, 200 carteiros e que seria resolvido de pronto pelo órgão estadual, não fosse a centralização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Brasília.

Esperamos que os Correios, como uma instituição que realmente tem um trabalho muito importante no País, possa definitivamente e de forma ágil, competente, eficiente, contratar os carteiros para que o cidadão do Estado do Paraná não precise ficar pagando multas e juros pelo atraso que é dos Correios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Péricles de Mello no Pequeno Expediente.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A Cidade de Ponta Grossa ficou estarrecida na manhã de sábado, quando os principais jornais da Cidade, o Jornal da Manhã publicou uma matéria “Justiça libera obras do aterro do PGA - Ponta Grossa Ambiental”, empresa que coleta o lixo em Ponta Grossa.

Estávamos tranquilos porque fizemos uma Audiência Pública no ano passado conduzido pelo Deputado Cheida que preside a Comissão do Meio Ambiente, onde ficou esclarecida a situação completamente. *O IBAMA suspendeu e embargou a obra, mas o recurso da PGA suspendeu o embargo. (Lê): Pedido de anulação do embargo das obras Central de Tratamento de Resíduos*

Furnas - Empreendimento Ponta Grossa Ambiental foi deferido pelo Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva. A decisão judicial ocorreu na tarde de ontem portanto, sexta-feira, e dessa forma. A obra até então embargada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, poderá ser retomada nos próximos dias.

No entanto, o caso permanece sendo analisado e a sentença judicial só deverá ocorrer no prazo aproximadamente dois anos. Nesse caso ele deve ser profundamente analisado porque é um caso típico, uma singularidade que deveria ser universal, porque revela de forma clara a contradição do interesse público e interesse privado.

Todo o ano, se analise esse problema que classifico como um crime bárbaro contra a história e o patrimônio de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais.

Qual é o método correto do Município que é responsável em última instância pela gestão do aterro, pela definição local, qual é o método correto? O Prefeito busca apoio de técnicos, faz uma análise *a priori* do território e do Município para ver qual é o melhor lugar para se construir o aterro.

Quando eu era Prefeito fiz isso, contratei técnicos, eles me mostraram três áreas. Foram aprofundando a análise até que chegaram a uma determinada área e, a Prefeitura optou por fazer o aterro nessa área, mesmo ferindo interesses particulares. Estava no quarto ano de Governo, próximo a eleição e seria muito mais cômodo para mim adiar esse assunto complicado para depois das eleições. Mas não! Acho que essa é uma responsabilidade pública, nós definimos uma área, uma região chamada Roxo Róis, inclusive, o proprietário da área, o arquiteto e meu amigo particular ficou revoltado, porque normalmente as pessoas não querem que o aterro seja na sua área.

Fizemos Audiências Públicas e definimos: a atual gestão mudou totalmente a lógica e agora acontece exatamente o contrário, ao invés do Município definir uma área adequada, técnica e ambientalmente para receber um aterro dessa magnitude, aconteceu o contrário. O que define o local do aterro é o fato da empresa ter uma propriedade nesse local, não é estudo técnico.

Os donos da PGA tem uma fazenda às do rio Verde que é o rio mais tradicional de Ponta Grossa, na região mais bela, não só de Ponta Grossa, mas é uma das regiões mais belas dos Campos Gerais do Paraná. Vou citar apenas alguns exemplos aqui: nessa região, na fazenda que fica às margens do rio Verde, entre o rio Verde e o rio São Jorge, estão as belezas naturais, os principais pontos turísticos de Ponta Grossa.

Temos a estrada que vai até a Itaipoca, que é um Distrito situado no Primeiro Planalto do Paraná, à passagem do Segundo Planalto para o Primeiro Planalto. Nessa região temos as Furnas gêmeas, além das Furnas conhecidas próximas a Vila Velha, temos duas Furnas secas uma do lado da outra. Temos a Cachoeira da Mariquinha, temos o Recanto do Potuquara, a antiga usina da COPEL.

O Balneário rio Verde que é o Balneário mais tradicional de Ponta Grossa, na minha infância já conhecia esse Balneário. Quando Prefeito fiz um Parque Balneário que nos finais de semana no verão, 2, 3 mil pessoas comparecem para lazer no rio Verde.

Na sequência temos o Capão da Onça, também outro lugar muito tradicional de lazer e depois temos o Buraco do Padre, que é uma das belezas naturais mais conhecidas dos Campos Gerais que é uma gruta ou uma caverna com uma cachoeira. Quando era Prefeito o Paulo Betti fez o filme Cafundó, 85% do cenário se passou nos Campos Gerais.

Além disso, a dois quilômetros do local do aterro, nós temos o Parque Nacional dos Campos Gerais, é uma decisão do Governo Federal que contemplou Ponta Grossa com um Parque Nacional dos Campos Gerais.

Essa região é a região do Aquífero Furnas, que ambientalmente é muito frágil. Então, além da agressão a essa região belíssima, existe um risco ambiental muito grave. Esse é o primeiro ponto. Ou seja, ao invés de se escolher uma área ambientalmente razoável para acolher o aterro, o que define o aterro de forma apriorística é o fato da empresa de coleta de lixo ser proprietária de uma fazenda nessa região, que define, para facilitar as coisas, fazer o aterro da sua fazenda, o que na sequência vamos ver se podemos supor que existem altos interesses de especulação imobiliária na construção desse aterro. De repente, vai aprovar no debate, tenho certeza absoluta, porque não vamos aceitar um crime dessa natureza contra nossa Cidade.

Pois bem, Ponta Grossa coleta 160 toneladas de lixo. Esse aterro está preparado para receber 3 mil toneladas de lixo. Apesar da empresa dizer que a parte inicial é 600 toneladas, o potencial dele é para 3 mil toneladas de lixo. Apesar de dizer a parte inicial é 600 toneladas, o potencial dele é para 3 mil toneladas. O que nos leva a supor é que, sendo um aterro privado, não público, que a empresa tem interesse, talvez de pegar o lixo de Curitiba, que são 2 mil toneladas/dia, e de toda região dos Campos Gerais, mesmo porque algumas Cidades da região, Deputado Cheida, têm dificuldade porque não tem aterro. É um alto negócio.

Agora, o mais grave, o que mais choca a todos nós é que, durante a Audiência Pública em Ponta Grossa, na Câmara Municipal, o Deputado Cheida estava lá, o representante da empresa colocou com todas as letras os seus interesses. Ele disse isso, está gravado, está nos Anais da Câmara: "Olha, o aterro é apenas a primeira etapa do nosso empreendimento. Logo depois do aterro, queremos fazer um outro aterro para coletar lixo industrial, ao lado do aterro sanitário." Ele disse isso com todas as palavras, na Câmara. "Logo depois, vamos então construir um aterro para lixo industrial, porque as indústrias de Curitiba não têm onde colocar seu lixo e serão atraídas para Ponta Grossa." Então, a terceira fase do projeto é fazer um novo distrito industrial perto do aterro sanitário, ou seja, dentro da fazenda de prioridade da empresa.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Isso é uma coisa que estarrece qualquer cidadão que conhece minimamente a história e o patrimônio natural de Ponta Grossa da região dos Campos Gerais. Além de um aterro para 3 mil toneladas de lixo, ao lado, um aterro para lixo industrial e, ao lado, um novo distrito industrial na região mais nobre e mais bela da Cidade. Quando todos os estudos técnicos demonstram que 2/3 do território de Ponta Grossa, excluindo justamente essa região, é adequado para que se faça o aterro sanitário para lixo industrial, assim como um novo distrito industrial. Todo mundo de Ponta Grossa, sabe que a Cidade tem uma vocação industrial, desde seu nascimento, pela questão dos caminhos, das estradas de terra que lá cortam. É uma Cidade industrial importante dos marcos da indústria paranaense. Queremos indústria de Curitiba sim, mas não nessa região belíssima que tem uma outra vocação, que é a vocação do lazer, do turismo, do parque nacional, dos locais de lazer e o esplendor dos Campos Gerais, que o viajante antigo que por lá passou chamou de 'Paraíso Terrestre no Brasil' os Campos Gerais do Paraná.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, a crista do aterro fica a 50 metros acima do nível do rio. Só aí será uma mancha no esplendor, uma mancha no cenário dos Campos que já é um crime contra a Cidade. Conseguimos do Governador Requião, no final do seu mandato de Prefeito, fizemos um projeto de uma ciclovia ecológica desde o *campus* da universidade até o Buraco do Padre. Infelizmente, não foi feita essa obra, mas está lá o projeto. Não é possível, Srs. Deputados, que Ponta Grossa aceite esse crime contra a sua história, o seu patrimônio, a sua cultura e o seu patrimônio natural. Por isso, estamos desenvolvendo uma série de ações. Sabíamos que a luta iria ser pesada. É muito estranho, mas toda vez uma ação envolve interesse econômico, está aí a questão do pedágio, parece que a disputa na Justiça fica mais grave ainda, mais acirrada. É uma coisa que não consigo entender.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Péricles, apenas para confirmar as declarações de V. Exa., quando da sua preocupação com essa questão do aterro de Ponta Grossa. De fato, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente se deslocou até a Cidade, fez uma Audiência Pública na Câmara Municipal. Nós, tanto quanto V. Exa., ficamos bastante surpresos com as colocações do empresário. Porque não se disputa naquele momento apenas o aterro sanitário, que receberia 160 toneladas de lixo por dia. Mas sim, uma perspectiva de receber milhares de toneladas por dia. O que se estava solicitando ao IAP era licença-prévia para a instalação de 160. Ou seja, claramente, deixando antever que depois do fato consumado - colocar o pezinho na porta - o cidadão consegue entrar e aí seja o que Deus quiser.

Então, não pareceu à Comissão do Meio Ambiente, uma discussão ponto de vista da lisura dela, colocada de maneira correta e adequada. V. Exa. agora confirma, que efetivamente com o aval da Justiça, a empresa consegue o que pretende.

Além de parabenizá-lo pela exposição e pela luta, que acho não é só sua, é de todo o povo de Ponta Grossa, que precisa se juntar a V. Exa, de tentar junto a Câmara de Vereadores, que institua um pebliscito, com relação ao aterro sanitário de Ponta Grossa. É claro que a Cidade vai ter sempre esse problema, porque é um entroncamento ferroviário e rodoviário. Em termos de logística não há no Paraná, exceto Curitiba, talvez nem a Capital, uma Cidade tão bem centralizada. O Estado vai crescer e não existe aterro classe 01, em nenhum lugar, a não ser o da essencis, em Curitiba.

A tendência vai ser sempre estarem fornecendo a colocação de um aterro, que não está errado, dentro de Ponta Grossa, para servir a região dos Campos Gerais e talvez até um pedaço do Norte.

Fica como sugestão a V. Exa. quem sabe a lucidez dos nobres edis seja maior do que a dos juristas e daqueles que estão ao lado da empresa neste momento, incluindo aí, me parece, a Justiça.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado Cheida.

Como essa região é de preservação ambiental, a PGA não poderia nem ter começado o desmatamento da região do aterro. O Prefeito municipal remeteu à Câmara um projeto de lei, que transforma essa região em zona de preservação ambiental, para zona de expansão industrial. Sem a Câmara aprovar, a empresa começou a executar a obra, o que não é possível e, depois, foi embargada.

Faço um apelo ao Prefeito Pedro Wosgrau Filho, que retire a lei da Câmara e que continue preservando essa região belíssima de preservação ambiental. Porque só esse fato já é impeditivo, para que a empresa faça o aterro. Temos que reunir todo o clamor do povo de Ponta Grossa, em uma audiência com o Prefeito e o Presidente da Câmara, para impedirmos que esse crime seja perpetrado.

Para concluir, temos aqui um manifesto. Assinam o manifesto contra esse aterro:

(Lê):

“Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa.

Associação das Mulheres de Negócio e Profissionais de Ponta Grossa - BPW.

Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção.

Associação Médica do Paraná Regional de Ponta Grossa.

Câmara de Dirigentes Lojistas de Ponta Grossa.

Conselho Nacional de Leigos do Brasil - Ponta Grossa.

Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Centro do Paraná.

Fórum Social em Defesa de Políticas Públicas de Ponta Grossa.

Movimento Cidadão

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) Ponta Grossa/PR.

Movimento Ética e Cidadania.

Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Ponta Grossa.

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios de Ponta Grossa.

Sindicato das Panificadoras de Ponta Grossa.

Sindicato dos Com. Varejistas de Combustíveis Derivados de Petróleo e Lojas de Conveniências do Estado do Paraná.

Sindicato dos Docentes da UEPG (SINDUEPG/ANDES-SN).

C/C Associados ACIPG, Diretoria ACIPG, Conselho Empresarial dos Novos Executivos, Conselho Empresarial da Mulher Executiva, Conselho de Representante ACIP, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Movimento Campos Gerais de Igual para Igual, Prefeito, Vereadores e Secretarias Municipais de Ponta Grossa, Deputados Estaduais (Jocelito Canto, Péricles de Mello, Plauto Miró e Marcelo Rangel).”

A Cidade se levanta, com muita razão, para que esse crime não seja perpetrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Grande Expediente havia sido solicitado pela Deputada Rosane Ferreira, para que ouvíssemos o Sr. Silvío Alves, Presidente do Conselho Estadual de Drogas. Com a palavra.

Sr. Silvío Alves

O SR. SILVIO ALVES

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, muito boa tarde.

A nossa presença hoje aqui, praticamente tem três objetivos.

O primeiro deles é tratar de uma elaboração de uma política estadual sobre drogas no Estado do Paraná.

O segundo objetivo é entregar aos Deputados e Deputadas, esta cartilha elaborado pelo Conselho juntamente com a Coordenadoria Estadual Antidrogas que tem como principal objetivo fomentar a organização dos Conselhos Municipais Sobre Drogas no Estado do Paraná.

E o último objetivo é uma aproximação com esta Casa, para que o Conselho juntamente com as entidades que o compõe ter todas as condições para organizar esta política estadual sobre drogas.

Então, preparei um texto que procura trazer os principais argumentos da necessidade do Paraná constituir uma política sobre drogas.

“O debate em torno da questão das drogas¹ no território paranaense, neste momento, exige uma articulação de segmentos da sociedade, especialmente dos setores representantes das crianças e adolescentes, dos movimentos sociais e dos poderes públicos em prol da construção de uma Política Estadual sobre Drogas do Paraná. Os Conselhos Municipais sobre Drogas e o Conselho Estadual sobre Drogas² articulados com a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, por meio da Coordenadoria Estadual Antidrogas, e com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas constituem-se em instâncias fundamentais na coordenação deste processo.

Essa articulação é necessária, pois os problemas e desafios em torno do assunto drogas são diversos e complexos. Isto se deve há, pelo menos, dois aspectos. O primeiro, pelo fato de constituir-se num fenômeno subterrâneo, verifica-se várias dificuldades em se obter dados fidedignos sobre o impacto das drogas na sociedade, principalmente as ilícitas. Em decorrência disso, observa-se uma série de limitações no processo de elaboração de estratégias de prevenção, de tratamento, de repressão e de reinserção social dos sujeitos que apresentam envolvimento mais grave com essas substâncias lícitas e ilícitas.

Outro aspecto, é por caracterizar-se ainda como um tema tabu. Um assunto que evitamos tratar, especialmente se estivermos envolvidos ou se contarmos, em nosso convívio próximo, com pessoa relacionada ao uso abusivo de drogas. Com isso, tem-se a estigmatização daqueles que abordam essa técnica como defensores da droga.

Consequentemente, prevalece em nosso meio a falta de discussão, abordagens de caráter emocional em detrimento de uma perspectiva científica, a dificuldade em rever nossas práticas e projetar, criar novos convênios e métodos de abordagem do tema.

Ao lado de tais fatos, há ainda, pelo menos, três desafios que exigem uma tomada de posição por parte da sociedade e das forças que compõem o Estado. Daí a necessidade de elaboração de uma política estadual sobre drogas.

A precocidade das primeiras experiências constitui-se num desses desafios. pesquisas e estudos³ recentes, conformam o que se verifica no dia a dia: as primeiras

experiências com as drogas - álcool e tabaco, inclusive o crack - já ocorrem entre crianças com sete, oito e nove anos de idade.

Outro desafio, diz respeito às sobreposições de ações. É inquestionável o envolvimento e compromisso de várias instituições com a questão das drogas. Por exemplo, os Grupos de Mútua Ajuda - como os Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos, Pastoral da Sobriedade e Amor Exigente - as comunidades terapêuticas, as clínicas particulares, as ONGs, bem como os órgãos no âmbito governamental que atuam na área da prevenção, do tratamento e da reinserção social. Contudo, essas atividades apresentam-se, muitas vezes, divergentes, sobrepostas e desarticuladas. E isto é decorrente da inexistência de uma política estadual sobre as drogas que estabeleça princípios, critérios e estratégias de ação.

Já o terceiro desafio, consiste na crise do paradigma proibicionista. A estratégia de abordagem da questão das drogas, especialmente as ilícitas, é uma extensão da política proibicionista estaduniense, conhecida como “guerra às drogas”. Orienta-se, historicamente, segundo um modelo jurídico-moral ou sanitário que privilegia a proibição legal ou o perigo da droga. Tem como proposta extinguir o consumo de drogas ilegais no mundo. Esse modelo de abordagem tem influenciado significativamente as políticas públicas sobre drogas no mundo todo. No entanto, há vários sinais de que essa proposta está esvaziada, pois seus pressupostos tem-se demonstrado “irrealistas e inatingíveis”⁴. Em decorrência disso, impõe-se a proposição de outros encaminhamentos e iniciativas como alternativas a ideia de ‘guerra as drogas’ preconizada pela tese proibicionista.

Tais argumentos demonstram a necessidade de articulação da sociedade e dos Poderes Públicos, para aprofundar a questão das drogas e, principalmente, iniciar um processo de elaboração de uma *Política Estadual*

1. O termo droga está imbuído de controvérsias. Neste espaço utilizamos a noção *questão das drogas* por possibilitar a reflexão do “estado de perplexidade causado pelos diversos usos dessas substâncias lícitas e ilícitas, que elicitam mais questionamentos do que respostas.” (MACRAE, Edward. In: PASSETI, E. & SILVA, R. (orgs). *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. SP. IBCCrim/PEPG-PUC, 1997, p. 107-116.

2. Conforme Decreto Estadual nº 2085, de 07/11/03, que instituiu no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, o Conselho Estadual Antidrogas, composto pelos seguintes órgãos; Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU; Secretaria de Estado da Educação - SEED; Secretaria de Estado da Saúde - SESA; Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior - SETI; Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP; Polícia Militar; Polícia Civil; Paraná Esportes; Ministério Público; Poder Judiciário 8ª Seção; Universidade Federal do Paraná; Conselho Regional de Serviço Social - 11ª Região; Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná; Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Paraná; Associação Comercial do Paraná; Associação dos Municípios do Paraná; Organização Não Governamental.

3. Como por exemplo, PAULILO, M.A.S. JEOLAS, L.S. A questão das drogas na Cidade de Londrina. CPG/Uel, 1999.

sobre Drogas no Paraná. Para isso, os Conselhos Municipais sobre Drogas e o Conselho Estadual sobre Drogas em conjunto com a Coordenadoria Estadual Antidrogas, da SEJU, e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas surgem como instâncias fundamentais nesse momento para a coordenação dos trabalhos em prol da sistematização dessa política.”

Então, somos gratos pela oportunidade de manifestar esta necessidade que temos vivenciado junto ao Conselho Estadual sobre Drogas, nos últimos dois anos. E fica aqui o nosso apelo a esta importante instituição no Estado do Paraná para que some forças justamente conosco, que possamos de fato estipular, elaborar uma política sobre esta questão das drogas, não só uma política de Governo - o que sentimos necessidade, de fato, é que seja construída aqui no Paraná uma política de Estado para tratar desta questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PRB/PV - com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores.

Se não me foge a memória, um grande pensador que eternizou uma frase, Voltaire, afirmava em sua fala que embora ele não concordasse com determinados posicionamentos, ele não reservaria, não pouparia nenhum esforço de sua parte para garantir o direito àqueles que desejassem assim se posicionar, embora fosse contrário a tudo que fosse dito, falado.

Eu recebi, Sr. Presidente Nelson Justus, três e-mails de pessoas que se identificaram como eleitores meus já desde o primeiro mandato, fazendo três questionamentos.

Eu pensei, ponderei bastante antes de subir a esta tribuna e dar a devida satisfação a esses supostos eleitores, partindo do pressuposto, Deputado Elio Lino Rusch, que tantos outros também esperassem o posicionamento deste Parlamentar, Deputado Ney Leprevost.

O primeiro questionamento foi concernente a uma matéria veiculada por um canal de televisão em que enfatiza que este Parlamentar que vos fala, em determinado momento tivesse saído em defesa do Presidente Nelson

Justus. Posso ter uma infinidade de falhas e deficiências, mas tenho uma memória privilegiada em determinados assuntos. Recordo-me que quando subi a esta tribuna deixei bem claro que por não ter procuração, nem do Presidente, nem de nenhum Parlamentar aqui e nem da Assembleia Legislativa como um todo, mas que externava naquela ocasião a minha opinião no que dizia respeito aos exageros, não querendo pajear V. Exa., mas não existe uma outra palavra que resuma tão bem a maneira com que certos segmentos da imprensa tentam, deturpando a verdade, apresentar a Assembleia Legislativa do Paraná como sendo o antro de tudo que é ilícito, imoral e ilegal. O que eu deixei bem claro, discordar veementemente.

Então, trazendo à baila aquela data, aquele assunto, deixo bem claro que a Assembleia Legislativa é composta de bons e maus e isso todos, obrigatoriamente, têm que concordar. E que tudo que é ilícito, tudo que é corrupto não se resume ao Poder Legislativo e nem tampouco aos políticos. Inclusive o telespectador que acompanha a programação da TV SINAL, muito provavelmente lembra-se quando eu fiz um comparativo paralelo da presença de ações corruptas no dia a dia, desde a atitude do aluno ao colar na prova, que é uma atitude ilícita, corrupta; até a prática de uma pessoa quando, parada em uma blitz, costumeiramente coloca de propósito uma nota de dinheiro entre o documento para apresentá-lo ao policial.

Falei das muitas situações em que o cidadão procura o político para furar a fila da creche, que é uma atitude corrupta, e vai por aí afora. O que eu não falei é que muitas vezes até na imprensa há essa atitude malfadada, quando procura um Parlamentar, um político, quer seja na esfera Executiva ou Legislativa e faz um acordo: se esse remunerar determina profissional da imprensa, então poderá ter os seus préstimos e falar bem ou mal do político. Isso é corrupção deslavada.

Então, para ficar bem claro ao meu amigo telespectador que me enviou o e-mail, não estive aqui defendendo ninguém, porque todos são maduros o suficiente para se autodefender. E aliás, não a necessidade de defesa, uma vez que há Deus e o tempo é a favor de toda e qualquer verdade.

O segundo questionamento, de uma outra pessoa, foi com relação às afirmações do Deputado Jocelito Canto, meu amigo pessoal. Questionaram por quê eu não fiz o contraponto, contraditório na afirmação do Deputado Jocelito, quando ele veementemente vem a essa tribuna e diz que todos são praticantes de caixa dois. A razão de não tê-lo feito é, primeiro, porque procuro ter uma cautela muito grande para não ser pautado pela imprensa, porque facilmente você acaba sendo manipulado pela imprensa e deixa de agir da forma que deve agir. Segundo, porque não acredito que a intenção, não da sua totalidade, porque não posso generalizar, mas a intenção de certos setores da imprensa não é elucidar absolutamente nada, é polemizar. É fazer com que o circo pequeno fogo para vender mais jornal, para dar mais audiências.

4. SODELLI, Marcelo. *Aproximando sentidos: formação de professores, educação, drogas e ações redutora de vulnerabilidade*. São Paulo: PUC-SP, 2006, pg.65.

Mal comparando como o direito de resposta dos veículos de comunicação, o cidadão vem nos meios de comunicação e diz assim: “Você é um ladrão.” O máximo que essa pessoa pode fazer em resposta, ou direito de resposta, é usar o mesmo tempo e dizer: “Não sou!” e aí lhe pergunto: no que isso vai contribuir, uma vez que um acusa e o outro - simplesmente diz que não é culpado?

Para efeito prático não funciona, não tem efeito nenhum positivo.

Essa foi a razão porque não fiz o contraditório do Deputado Jocelito Canto, ainda que eu afirmasse que eu não tenho caixa dois. Obviamente as pessoas não teriam isso como suficiente para crer que falo a verdade.

Por fim, acho magnífico o Poder Legislativo e principalmente o Plenário, onde cada um pode subir aqui e externar as suas opiniões inclusive ser contrário a elas.

Eu particularmente, Srs. Deputados, respeito o posicionamento da Bancada do PSS, anunciada pelo meu digno Deputado Marcelo Rangel, mas sou completamente contra. Discordo veementemente do que foi dito, e não porque faço parte da Mesa. Até porque coloco à disposição a 5ª Secretaria. Penso ser legítimo, mas que a decisão parta dos nobres Pares.

Salvo melhor juízo, Srs. Deputados, não vejo, sinceramente, por parte de ninguém da Mesa Executiva impedindo qualquer tipo de investigação ou qualquer tipo de fornecimento de informações. Ninguém está dificultando absolutamente nada, que seria o único argumento que justificaria a renúncia integral da Mesa. Porque se fosse assim, me perdoem todos os religiosos que acompanham essa programação, e posso falar no assunto, porque nasci em berço católico, fui católico apostólico romano desde o meu batizado, em Aparecida do Norte, e seguindo a religião até a minha adolescência.

Todos os jornais falam dos escândalos envolvendo Sacerdotes do Clero em pedofilia. Inclusive há jornais que insinuaram que o atual Pontífice sabia de todos esses escândalos. É o que a imprensa divulga.

Hoje o Clero, a Instituição Católica está sob investigação. Não vejo ninguém pedindo o afastamento do Papa, por exemplo. Não vejo.

Por que dois pesos e duas medidas? Fica aqui o meu ponto de vista, com todo respeito à bancada dos nobres Pares do PPS, mas imagino, sim, que este Poder tem que ser preservado, a graças a este Poder, a democracia existe. É uma ferramenta que contribui para a democracia. Então, não misturemos os assuntos. Se aqui, porventura, houvesse qualquer resistência por parte de qualquer integrante da Mesa, eu me solidarizaria a qualquer tipo de movimento. Seja ele do Ministério Público, da OAB, do que quer que seja.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Agradeço ao aparte. Apenas para não perder a oportunidade, acho que estamos vivendo um momento de exceções, aqui, entre propostas, depoimentos, questiona-

mentos, respostas. V. Exa. se reporta a um pronunciamento do nobre Deputado Jocelito Canto, que não só V. Exa. mas eu e muitos outros, deve ter sido cobrado por aí.

Gostaria de aproveitar este seu aparte e solicitar ao nobre Deputado Jocelito Canto que fosse à tribuna e fizesse os pronunciamentos necessários. Eu também, da minha parte, não posso em hipótese alguma, dizer que estou representado na fala do Deputado, quando diz que 54 Deputados têm caixa dois. Eu não tenho. Gostaria de ter a oportunidade de esclarecer. Acho que não foi intenção do Deputado Jocelito Canto. Acho que ele exagerou no que falou. Na hora, talvez, impensadamente. Mas, gostaria de ver o Deputado na tribuna, fazendo os esclarecimentos devidos, para que pudéssemos caminhar sossegadamente aqui na Assembleia. Era apenas isso. Muito obrigado pela concessão do aparte.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Para encerrar, Sr. Presidente, apenas para que fique em forma de meditação, há uma máxima, um ditado popular, não sei quem é o autor, que diz: *Das palavras que não falo, sou senhor, das que falo, me torno escravo delas.*

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. BATISTA (PMN) (Pela Ordem)

Gostaria de justificar a ausência do Deputado Jonas Guimarães, que se encontra num quadro febril muito alto, gripe muito forte, está acamado pediu para e eu justificasse sua ausência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Gostaria de ler um memorando:

(Lê):

“Solicito aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PRB/PSB/PV indicarem membro partidário, para compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar, no prazo de 20 dias, sobre a Proposição nº 017/10, que visa acrescentar parágrafo 18 ao artigo 27, assim como acrescentar artigo 61 no Ato das Disposições Transitórias da referida Carta. Procura estabelecer o reconhecimento merecido aos servidores civis do Governo do Estado do Paraná, o desempenho de suas funções e seus salários.

PMDB - Caíto Quintana; PSDB - Francisco Bühner; PT - Péricles de Mello; Democratas - Durval Amaral; PP - Antonio Belinati; Bloco PRB/PSB/PV - Reni Pereira. Sorteio vencido pelo Bloco PRB.”

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só queria me inscrever para amanhã no Grande expediente, atendendo chamado dos demais Deputados, estarei falando sobre o caixa dois amanhã, de novo.

Fico inscrito, porque estou com muita vontade de falar.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 035/10, subscrita pela Exmo.Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando incluso anteprojeto de lei tendo por objetivo alterar o parágrafo único do artigo 2º da Lei Estadual nº 16350/09, que autorizou o Poder Executivo a contratar a a operação de crédito externo até o montante de US\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para financiamento do Projeto de Inclusão e Desenvolvimento Rural Sustentável. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 063/10, subscrita pela Exmo.Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando texto do anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2011, que estima as receitas da recolhimento centralizado e de recolhimento descentralizado das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, para fixação das despesas os Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indiretas, no valor aproximado de R\$ 23.527.964.000,00 (vinte e três bilhões, quinhentos e vinte e sete milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 162/10, subscrito pelo Deputado Teruo Kato, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 19 a 20 de abril do corrente ano, em virtude de estar participando do 7º Encontro de Evangelização, Prevenção Contra as Drogas, Combate ao Fumo e ao Alcoolismo, na Cidade de Paranavaí, no período de 17 a 21 de abril. **À Comissão Executiva.**

Ofício s/n, subscrito pela Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 20 de abril do corrente ano, em razão dos compromissos nos Municípios de Nova Aliança do Ivaí, Tamboara, Alto Paraná, Nova Esperança, Presidente Castelo Branco, Floraí, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Sarandi/PR, sem ônus para esta Casa de Leis. **À Comissão Executiva.**

Memorando de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente de Sessão anterior, indicando membro partidário para compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição os Srs. Líderes Caíto Quintana -

PMDB, Francisco Bühner - PSDB, Péricles de Mello - PT, Durval Amaral - Democratas e Reni Pereira - Bloco PRB/PSB/PV, que irá opinar, no prazo de 20 dias, sobre a Proposição nº 017/10, que visa acrescentar parágrafo 18 ao artigo 27, assim como acrescentar artigo 61 no Ato das Disposições Transitórias da referida Carta. Procura estabelecer o reconhecimento merecido aos servidores civis do Governo do Estado do Paraná, o desempenho de funções e seus salário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 060/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes que dispense atenção especial à necessidade de pavimentação asfáltica no Município de Moreira Sales. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 061/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes a execução de manutenção e melhorias na estrada que liga o Município de Guaporema ao Município de Rondon, e construção de trevo de acesso ao Abatedouro de Aves Parati. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 062/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, que dispense atenção especial à necessidade de construção de galeria pluviais no Município de Moreira Sales. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 063/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, atenção especial ao grave problema de falta de viatura policial no Município de Araruna. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 064/10, de autoria dos Deputados Jocelito Canto, Péricles de Mello e Plauto Miró, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a criação da Coordenação da Região dos Campos Gerais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1105, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, requerendo autorização para se ausentar do País no período de 26 de

abril a 12 de maio do corrente ano, com destino aos Estados Unidos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1106, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 19 de abril do corrente ano, por estar em audiência no Tribunal de Justiça do Paraná. **À Comissão Executiva.**

Pela ordem, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para fazer um comunicado à Casa, às lideranças de bancadas, e aos Srs. e Sras. Parlamentares. Alguns dos companheiros que integram a Bancada do PMDB, notadamente o nosso líder, Deputado Pugliesi, Deputados Nereu Moura, Antonio Anibelli e diversos outros Parlamentares conversaram comigo e com o Governador Pessuti para que eu pudesse permanecer por mais algum tempo à frente da Liderança do Governo na Assembleia Legislativa. Aceitei o convite. Não vou ficar em definitivo, mas fiquei de rediscutir, no início do mês de maio, com o Governador Pessuti.

Então, quero dizer que permaneço na Liderança do Governo, pelo menos até o final do mês de abril ou início de maio, com os companheiros que integram a Bancada do PMDB e com as demais bancadas que integram a base de apoio ao Governo nesta Casa. Continuaremos mantendo o bom entendimento que sempre tivemos.

Quero aqui, publicamente, agradecer a todos os companheiros do PMDB e de diversos outros partidos que têm manifestado a confiança no trabalho que estamos realizando à frente da Liderança do Governo.

Então, apenas para comunicar à Casa, aos Srs. e Sras. Parlamentares, que permaneceremos, até que seja o entendimento do Governador Pessuti que possamos ser substituído, mas até lá manteremos sempre a nossa estrita lealdade ao Governador Pessuti, que era o nosso Vice-Governador e que mantém os mesmos pressupostos e o mesmo caminho que tem sido bem percorrido pelas boas políticas públicas definidas pelo Governador Requião e pelo conjunto dos nossos partidos, os partidos que integram a base de apoio nesta Casa.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Romanelli, como Vice-Presidente e presidindo esta Sessão, fica feliz por V. Exa. declarar isso, que era uma vontade da nossa bancada, não só dos aliados do Governo mas também da Oposição, porque V. Exa. manteve um diálogo e nunca faltou ao Governador Requião em todas as votações e não faltará ao Governador Pessuti. O entendimento de V. Exa. com a Oposição foi maravilhoso, sendo que às vezes alguma exacerbação nós controlamos aqui da presidência. A Oposição é inteligente e a condição do Líder Waldyr Pugliesi e de todos os líderes faz com que esta Casa tenha um bom diálogo.

Parabéns ao Governador Pessuti pela manutenção de V. Exa., nem que seja temporariamente, mas esperamos que o temporário seja definitivo!

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 107/10, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a PROVOPAR Municipal de Irati, com sede e foro no Município de Irati. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 107/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a PROVOPAR Municipal de Irati, com sede e foro no Município de Irati.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13/04/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 617/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. João Noma. **Aprovada. (Publ. no DA nº 133/09, de 04/11/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 083/10, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública estadual para a Organização Evangélica de Assistência Educacional e Social de Cornélio Procópio - ORAR, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio. **Aprovada. (Publ. no DA nº 015/10, de 08/03/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 008/10, de autoria da Comissão Executiva, que institui a implantação do Diário Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - conforme especifica. **Aprovada. (Publ. no DA nº 023/10, de 22/03/10, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/10, que objetiva dar nova redação aos dispositivos da Lei nº 16372, de 30/12/2009, que tratou da regularização dos cargos em comissão, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/10, de autoria da Comissão Executiva, que suspende o pagamento de provimento em comissão de servidores não recadastrados perante o Poder Legislativo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/10, de autoria da Comissão Executiva, que exonera servidores lotados em cargos e funções de provimento em comissão no Poder Legislativo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que altera a Lei nº 2504, de 21/11/95, que foi alterada pela Lei nº 4128 de 10/12/59. (Pensões). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 106/08, de 01/09/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 373/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

Este importante projeto de lei apresentado pelo nobre Deputado Mauro Moraes altera dispositivos da Lei nº 2504 de 21/11/55, que foi alterada pela Lei nº 4128 de 10/12/59, que passou a integrar a Lei nº 4074 de 01/09/59.

Referidas leis tratam de matéria de competência do Executivo ao regulamentar direito à percepção de pensões à família de servidor público falecido e não inscrito na Caixa de Montepio dos Funcionários Públicos Civis e Militares do Estado do Paraná.

A Lei nº 2504 de 1955 criou para a família de Servidor Público Estadual falecido e não inscrito na Caixa de Montepio dos Funcionários Públicos Civis e Militares do Estado o direito à percepção de pensões, artigo 1º da referida lei. Em seu artigo 3º fixou os valores das pensões à época em Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) à viúva; e, Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a cada filho ou enteado. No

mais, a importante lei regulamentou e estabeleceu parâmetros ao direito à percepção dos referidos valores em grau de parentesco e sucessões. O artigo 11º daquela lei previu o impacto financeiro advindo da sua aplicação da seguinte maneira:

“(…)

Art. 11. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da verba própria da lei de meios”¹.

{…}

De sorte que a lei supra além de criar os benefícios alimentícios às famílias dos servidores públicos previu-os no orçamento. Quatro anos depois foi editada e promulgada a Lei nº 4074 de 01/09/59, dispondo sobre os vencimentos e salários dos servidores públicos do Estado, civis e militares. Dois meses depois foi editada e promulgada a Lei nº 4128 de 10/12/59 aprovando os artigos 18 e 19 do Projeto de Lei nº 293/59 que passaram a integrar a já citada Lei nº 4074 de 01/09/59 elevando para Cr\$ 300 (trezentos cruzeiros) o salário-família para cada filho, artigo 18, e Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), no mínimo, às pensões mensais já concedidas pelo Estado, artigo 19. Apenas por questão de ordem a Lei nº 2504/55 não foi alterada pela Lei nº 4128/59, tanto que esta sequer faz remissão àquela, se não à Lei nº 4074/59.

Objetivo do projeto

Pois bem, o que pretende o presente projeto de lei do ilustre Deputado Mauro Moraes é reajustar os valores dessas pensões fixadas há quase meio século para expressões monetárias atuais de acordo com as regras definidas na Constituição Federal em seu artigo 7º, IV, IV e VII c/c o artigo 201, parágrafo 2º que determina o recebimento de proventos de natureza alimentícia, não menos que um salário-mínimo para qualquer classe trabalhadora.

Ainda à guisa de introdução referidas pensões de natureza alimentícia, como citado, foram albergadas pela nossa Carta Política de 1988 no artigo 201, V, *literis*:

(…)

Art. 201 - A Previdência Social será organizada sob forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

…

V - Pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no parágrafo 2º.

…

§ 2º Nenhum benefício o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor inferior ao salário-mínimo.

…

Claro, portanto, desde a Constituição de 1988, que nenhum pensionista pode perceber seus benefícios meno-

1.Nota: a grafia do artigo está como no original. A expressão “lei de meios” naquela época é o que conhecemos hoje por “dotação orçamentária.”

res que 1 (um) salário-mínimo. Claro também o excessivo prejuízo causado aos beneficiários e ao patente cochilo do Poder competente, no caso o Poder Executivo do Paraná, que não corrigiu referidos valores.

Por outro lado cabe acrescentar que a seguridade dos Servidores Públicos do Estado do Paraná é regida pela Lei nº 12398 de 30/12/98, que criou o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transformando o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE em Serviço Social Autônomo, denominado ParanaPrevidência, e dá outras providências. Os artigos 34 e 35 da citada lei determinam quem são os beneficiários da ParanaPrevidência, *literis*:

(...)

Art. 34. Serão obrigatoriamente inscritos na ParanaPrevidência os servidores públicos estaduais ativos, com vínculo funcional permanente de todos os Poderes, inclusive os membros do Poder Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e as Instituições de Ensino Superior, bem como das respectivas Administrações Públicas, Direta, autárquica e fundacional, os servidores inativos e os militares estaduais da ativa, na reserva remunerada e os reformados.

Art. 35. Atendido o disposto no artigo anterior, e seus parágrafos, aqueles que, na data da publicação desta lei, forem servidores públicos estaduais e militares do Estado, assim como seus dependentes e pensionistas, serão, automática e obrigatoriamente, inscritos na ParanaPrevidência.

(...)

Portanto, segundo dispositivo legal estão abrangidos *ex vi legis* na ParanaPrevidência os beneficiários previstos na Lei nº 2504 de 21/11/55, ou seja, todos os funcionários Públicos Cíveis e Militares conforme o enunciado daquela lei e o supracitado artigo da Lei nº 12398 de 30/12/98 que criou a ParanaPrevidência.

Neste pensar sabendo-se agora quem são os segurados da ParanaPrevidência é importante mencionar que o artigo 42 da Lei nº 12398 de 1998, define quem são os dependentes dos segurados, *literis*:

(...)

Art. 42. São dependentes dos segurados:

I - o cônjuge ou convivente, na constância respectivamente, do casamento ou da união estável:

II - os filhos, desde que:

a) menores de 21 (vinte e um) anos e não emancipados;

b) definitivamente inválidos ou incapazes, se solteiros e sem renda e desde que a invalidez ou incapacidade seja anterior ao fato gerador do benefício;

c) estejam cursando em estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, se menores de 25 (vinte e cinco) anos, solteiros e sem renda;

§ 1º Equiparam-se a filhos, nas condições do inciso II, o enteado ou filho do convivente do segurado, desde que comprovadamente esteja sob a dependência e sustento deste e que não seja credor de alimentos e nem

receba benefício previdenciário do Estado do Paraná ou de outro Sistema de Seguridade ou Previdência, inclusive privados.

§ 2º O nascituro, cuja filiação seja reconhecida pela ParanaPrevidência, terá seus direitos à inscrição e benefícios assegurados.

§ 3º Para efeitos desta lei, observadas as regras que forem editadas em regulamento, a união estável de que trata o artigo 226, parágrafo 3º da Constituição Federal, somente será reconhecida ante a existência de coabitação em regime marital, mediante residência sob os conviventes, por prazo não inferior a 2 (dois) anos, prazo este dispensado, quando houver prole comum.

§ 4º Não será computado o tempo de coabitação simultânea, mesmo em tetos distintos, entre o segurado e mais de uma pessoa.¹

§ 5º Inexistindo os dependentes enumerados nos incisos I e II deste artigo, o segurado poderá inscrever como seus dependentes para o Regime de Previdência, mediante a devida comprovação de dependência econômica e atendidos aos requisitos estabelecidos em regulamento:

a) os pais;

b) o irmão, menor de 21 (vinte e um) anos e não emancipado ou definitivamente inválido ou incapaz, se solteiro e sem renda e desde que a invalidez ou incapacidade seja anterior ao fato gerador do benefício;

c) o menor que, por determinação judicial, esteja sob tutela ou guarda do segurado, desde que comprovadamente resida com este, não seja credor de alimentos e não possua condições suficientes para o próprio sustento.

§ 6º As pessoas enumeradas nas alíneas a, b e c do parágrafo anterior só poderão ser inscritas no Regime de Previdência ou auferir benefícios mantidos pelo Programa de Previdência, desde que comprovadamente não possuam recursos e estejam sob dependência e sustento do segurado e que não recebam nenhum benefício previdenciários do Estado do Paraná ou de outro Sistema de Seguridade ou Previdência, inclusive privados.

§ 7º São consideradas pessoas sem recursos, para os fins desta lei, aquela cujos rendimentos brutos mensais sejam inferiores ao salário-mínimo vigente.

...

§ 10. São pensionistas os dependentes que se encontrarem fruindo um dos benefícios previdenciários enumerados no inciso II do artigo 44.

(...)

É notável a amplitude que a lei da ParanaPrevidência deu na extensão de coberturas e alcance de dependentes dos segurados, tais como: a) aumento a idade de benefício de 18 para 21 anos, artigo 42, II, "a"; b) estendeu o benefício aos maiores de 21 desde que estejam cur-

1. Dispositivo com a redação determinada pela Lei - PR nº 12556 de 25/05/99, publicada no Diário Oficial de 26/05/99.

sando um estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, se menores de 25 (vinte e cinco) anos, solteiros e sem renda, artigo 42, II, “c”; c) alcançou também a lei o direito da seguridade aos nascituros, cuja filiação seja reconhecida pela ParanaPrevidência, parágrafo 2º; d) o segurado poderá ainda inscrever como seus dependentes para o regime de previdência, mediante a devida comprovação de dependência, mediante a devida comprovação de dependência econômica e atendidos aos requisitos estabelecidos em regulamento ou definitivamente inválidos ou incapaz, se solteiro e sem renda e desde que a invalidez ou incapacidade seja anterior ao fato gerador do benefício, artigo 42, parágrafo 5º da citada lei.

Por este vértice infere-se que as leis citadas no presente projeto de lei não só carecem de reajuste de valores que se apresentam virtualmente desatualizados pelo fenômeno da corrosão e acomodações monetárias ao longo do tempo, mas também a versão e alcance dos seus comandos normativos necessitariam de se adequar à modernidade social segundo a própria evolução da lei atual de seguridade que criou a ParanaPrevidência.

Segundo informações obtidas junto a própria ParanaPrevidência, que amparou os beneficiários das leis que ora se pretende alterar, na ilustre pessoa do Dr. Mauro (assessor jurídico) daquela instituição, os pensionistas são remanescentes de pequeno universo em número de 117 pessoas, sendo 17 viúvas e 100 incapazes gerando um desembolso de aproximadamente R\$ 15 mil mês.

Por mais que se alterem os valores o impacto financeiro será absorvido sem percalços pelos ativos da ParanaPrevidência, hoje em torno de R\$ 7,9 bilhões¹.

Diante do exposto e sabendo-se que estamos frente um remanescente de pensionistas muitos das quais em avançada idade, nos casos das viúvas, e tendo em conta que os novos pensionistas já foram albergados pelas novas regras estatuídas pela criação da ParanaPrevidência, sem menosprezo a essa pequena classe, não justificaria mudanças de ordem conceitual das leis, se não apenas o reajuste dos valores que se apresentam defasados. Resta, portanto analisar se a proposição de lei é constitucional ou não já que as leis a que pretende alterar albergam matéria de natureza privativa do Poder Executivo.

Fundamentação

A Constituição Federal previu dois tipos de competência, a comum, artigo 23 e a concorrente, no artigo 24.

O artigo 23 dispõe que, *literis*:

(...)

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

Segundo dicção do artigo 24 da mesma carta política:

1.Números extraídos do site da ParanaPrevidência.
(www.paranaprevidencia.pr.gov.br).

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

As competências elencadas nos dispositivos citados não alcançam a matéria enfrentada por este importante projeto ainda que a nossa Constituição Federal tenha criado dois tipos de competência, como vimos a concorrente e a comum, perfeitamente harmônica entre União, Estados e Municípios.

Não obstante o disposto no artigo 53 da Constituição Estadual em seus incisos XVI e XVII² faça remissão aos dois tipos também como competência suplementar, é indispensável que a matéria objeto do projeto de lei estejam contempladas nos dispositivos a que se refere, ou seja, no artigo 23 e 24 da CF, vejamos:

(...)

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

...

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;

...

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.

{...}

Verifica-se pela transcrição dos dispositivos constitucionais que a matéria atinente a Seguridade Social está contemplada na constituição e enquadra-se no conceito de competências comum e concorrente. Contudo o constituinte Federal no artigo 22 e o Estadual nos artigos 66, 165 e 166 invocaram para si a competência privativa de legislar sobre tais matérias, *literis*:

Constituição Federal

{...}

Art. 22. Compete privativamente a União legislar sobre:

...

XXIII - Seguridade Social.

...

Constituição Estadual

{...}

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

2.Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: (...) XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal; XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

I - Criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;

...

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à Saúde;

{...}

Destarte que tanto a União como o Estado membro definiu como matéria de competência privativa do Poder Executivo as questões relacionadas à Seguridade Social retirando do Legislativo essa prerrogativa, não obstante esteja contemplada como matéria de competência comum e concorrente como bem clareado nos dispositivos acima declinados.

Da Legitimidade e Legalidade

Assim como vimos no que pertine a competência legislativa a matéria vergastada é de competência exclusiva, isto é, privativa do Estado, como previsto no artigo 66, I e II da Constituição Estadual já citados.

A mesma Constituição em seu artigo 49 subordina as Forças Armadas da Polícia Militar do Exército e Polícia Civil ao Poder Executivo Estadual definindo que referidas matérias serão regidas por legislação especial, *literis*:

{...}

Art. 49. A Polícia Militar, comandada por oficial da ativa do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares, força auxiliar e reserva do Exército, e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades. (grifei)

{...}

O caráter privativo, como já ressaltado acima confere aos Estados a competência para legislar matérias que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal, artigo 25, parágrafo 1º todos da CF, *literis*:

{...}

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§1º São reservados aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

{...}

Cabe destacar também que, não obstante a natureza da matéria objeto deste importante PL atinja as famílias dos servidores públicos, dos policiais militares e civis, sendo sua competência atribuída ao Executivo e dentro do primado da separação dos Poderes adotados constitucionalmente é de se notar que não obstante os

Poderes sejam independentes essa independência não é de todo absoluta, ou seja, de caráter absoluto.

Não é demais lembrar que, ao se falar em separação de Poderes, há uma preponderância de funções nas mãos de determinados órgãos e não a “exclusividade”. Tanto é assim, que o Legislativo também possui atribuições julgadoras, conforme se depreende do artigo 52, I e II, da Constituição de 1988, *literis*:

{...}

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99).

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

{...}

Por outro lado, o Executivo também exerce determinadas funções legislativas, quer diretamente no processo legislativo, através do exercício da iniciativa privativa em determinados projetos de lei como no artigo 61, parágrafo 1º, da Constituição Federal¹) e do veto (artigo 66, CF/88), que por meio da expedição de medidas provisórias (artigo 62 da Carta Magna).

A função legislativa também não é estranha ao Poder Judiciário, que tem a iniciativa privativa de projetos de lei nos casos do artigo 96, CF/88 - criação de novas varas judiciais (I, d); modificação do número de membros dos Tribunais inferiores (II, a); a criação e a extinção

1. Que “fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas” (I); ou “disponham sobre (II): “a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 84, VI; f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.” (Redação do artigo em conformidade com as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 018/98 e nº 032/01).

de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos Juízes, inclusive dos Tribunais inferiores, onde houver (II, a¹) a criação ou extinção destes Tribunais (II, b); a alteração da organização e da divisão judiciárias (II, d).

Além disso, em virtude da sua autonomia financeira, compete aos Tribunais elaborar suas “propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias” (artigo 99, parágrafo 1º), a ser encaminhado pelos Presidentes do Supremo e das demais Cortes Superiores, com a aprovação dos respectivos Tribunais, no âmbito da União (inciso I²).

Ocorre que está impregnado no nosso imaginário a ideia de separação de Poderes como um sistema de freios e contrapesos, advindo da célebre frase de Montesquieu que indica a autolimitação dos Poderes “*le pouvoir arrête le pouvoir*”.³ (O poder separa o próprio poder).

A Constituição Federal trouxe em seu arcabouço o princípio da Competência Subsidiária nos casos de inércia do Poder Competente em não legislar matéria que lhe incumbia regulamentar através de lei em tempo hábil. Para isto criou o Constituinte o Mandado de Injunção, artigo 5º, LXXI, com o intuito de suprir a falta de norma regulamentadora, por inércia do Poder Competente, cuja falta torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Em que pese a matéria albergada no presente projeto ter dimensões regionalizadas não deixa de ter a importância social na medida em que regulamenta direitos individuais e difusos, este último *strictu sensu*.

Assim é possível afirmar por esta teoria que não se defende uma separação total dos “Poderes”, na qual cada função seria atribuída com exclusividade. Montesquieu, a bem da verdade, defendia uma especialidade do exercício das funções públicas, desde que não houvesse acúmulo destas nas mãos de um só. Ora, os órgãos estatais devem ter “sempre em nome da liberdade, a faculdade de estatuir (decidindo positivamente) e de refrear (agindo negativamente)”.⁴

1. Inciso com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 041/03.

2. E, “no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos Tribunais” (artigo 99, parágrafo 2º, II).

3. Pode-se dizer que John Locke foi o “inventor” desta teoria (cf. *Essai sur le gouvernement civil*, 1690) e Charles-Louis de Secondat - Conde de Montesquieu foi seu “sistematizador” (*L'Esprit des lois*, 1748).

4. MATHIEU, Bertrand et VERPEAUX, Michel. *Droit constitutionnel*, Col. *Droit fondamental*. Paris: PUF, 2004, p. 34.

Em sendo assim, em caso de abuso, quer por excesso, quer por carência, outro do Poder deve intervir, por inércia daquele sobre quem pesa o ônus de legislar.

Por analogia dentro da concepção da existência do mandado de injunção, entendo ser cabível a tese da independência relativa entre os Poderes, e não absoluta, que se abstrai da concepção constitucional da separação dos Poderes, mais aprofundada, sob a égide de que nos casos de inércia do Poder Executivo, *in casu*, a quem incumbia a iniciativa de atualização dos valores fixados nas leis que ora se pretende alterar, o Poder Legislativo pode e deve intervir chamando para si a competência legisferante para suprir a falta de regulamentação pelo viés da competência subsidiária a fim de atender direitos lesados de uma determinada classe social.

No Mérito

Por este vértice podemos aplicar no caso vertente a mesma regra sem ferir critérios de interpretação constitucional. Assim, destaco que não se trata aqui de invadir competências instituídas, mas de se aplicar a competência subsidiária por inércia do Poder competente dentro dos mesmos princípios norteadores da concepção do mandado de injunção.

Resposta a Diligência

Em resposta a diligência solicitada à Secretaria de Administração Pública e ao DSF - Departamento de Seguridade Social, a Procuradoria Geral do Estado entendeu não existir inconstitucionalidade na atualização dos valores da pensão prevista na Lei nº 2504/55, *verbis*:

{...}

“*Creio conclusivamente que: a atualização dos valores de pensão prevista na Lei Estadual nº 2504/55, em princípio, não encontra óbice constitucional, ressalvando a conveniência de se rever a disparidade de valores entre os benefícios pagos ao cônjuge supérstite e filhos (ou enteados).*”

{...}

Conclusão

Portanto o projeto de lei é constitucional pela adoção da competência subsidiária, sendo de todo legal na exata medida em que não ofende mandamento constitucional e infraconstitucional, em último caso suprimindo a omissão da competência do Governador do Estado, com esta iniciativa compactuou o Procurador Geral.

Assim a sua legalidade é explícita não ferindo os princípios da autonomia entre os Poderes constituídos os quais podem em situações atípicas exercer funções diferentes da sua natureza, competências definidas como privativas, entre si, mas não exclusivas.

Quanto aos aspectos da técnica legislativa não há patologia aferida, segundo as regras da Lei Federal Complementar nº 095/98.

Ao exposto, tendo em vista a relevância do PL, meu parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 373/08

P A R E C E R :

O nobre Deputado Mauro Moraes tem tido uma extraordinária atuação parlamentar nesta Casa de Leis. Dotado de rara inteligência, já está consagrado como um Deputado que dedica seu mandato e sua vida a favor da justiça social e ao respeito às criaturas humanas. Sempre que detecta a ocorrência de injustiça, em especial às famílias de servidores públicos falecidos, prontamente Mauro Moraes, com o respaldo de uma bem preparada assessoria, elabora projetos visando as necessárias correções. É o caso deste projeto que, aprovado e transformado em lei, permitirá o pagamento de pensão às famílias de servidores falecidos e que não se encontravam inscritos na Caixa do Montepio dos Funcionários Públicos Cíveis e Militares do Paraná. Por entender que não haverá impacto financeiro, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto, com votos de louvor ao Deputado Mauro Moraes pela humanitária iniciativa.

Sala das Comissões, em 08/12/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/09, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que determina a obrigatoriedade de caixa eletrônico em braile e áudio em todas as agências bancárias do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CDHC E CICT. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/09, de 15/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 485/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 485/09, de autoria do Deputado Fábio Camargo determina a obrigatoriedade de caixa eletrônico em braile e áudio em todas as agências bancárias do Estado do Paraná e dá outras providências.

A proposição visa criar novas condições de acessibilidade aos portadores de deficiência visual.

Em síntese, determina que os caixas eletrônicos sejam em braile e tenham áudio. Define ainda a forma de acesso ao caixa através de piso tátil. Determina ainda que todas as cédulas disponibilizadas sejam de dez reais.

É importante o projeto para ampliar a acessibilidade dos portadores de deficiência visual.

Ocorre que os áudios podem servir como eficientes instrumentos de violação de senhas e outras informações durante as operações, facilitando a prática de atos delituosos.

Por sua vez, o artigo 2º é desnecessário e se torna obstáculo à perenidade da norma, uma vez que o valor se desatualizará.

E mais, saques de valores mais elevados implicarão grande quantidade de cédulas.

Como bem salientado pela assessoria técnica, dois ajustes são necessários.

A determinação que os áudios sejam através de fone de ouvido e que possam ser ofertadas cédulas de todos os valores mostram-se como modificações importantes.

Pelo exposto propõem-se duas emendas que alteram a redação original do projeto sob análise.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição por ser constitucional, mais com suas emendas a seguir apresentadas.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA
PROJETO DE LEI Nº 485/09

Adite-se ao artigo 1º parágrafo terceiro com o seguinte teor:

Parágrafo terceiro: O áudio a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser feito por meio de fones de ouvido.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA
PROJETO DE LEI Nº 485/09

Suprima-se *in totum* o artigo 2º do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 485/09

P A R E C E R :

O nobre Deputado Fábio Camargo traz a debate nesta Casa de Leis projeto que, aprovado e transformado em lei, terá grande alcance social. A matéria estabelece a obrigatoriedade de instalação de caixa eletrônico em braile e áudio em todos os estabelecimentos ligados ao sistema financeiro que operam no Estado do Paraná.

Excelente iniciativa, pois o poder público e a iniciativa privada têm o dever de facilitar a vida dos portadores de deficiência. No caso deste projeto os beneficiados serão os portadores de deficiência visual. É o mínimo que devemos fazer para essas criaturas humanas. É a chamada cidadania. De parabéns o atuante Deputado Fábio Camargo pela meritória iniciativa, com nosso parecer

favorável, com votos de que ela seja um exemplo para todas as demais Assembleias Legislativas de nosso País.

Sala das Comissões, em 09/12/09.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 485/09

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, determina a obrigatoriedade da instalação de caixa eletrônico em braile e áudio em todas as agências bancárias do Estado do Paraná.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

Conforme bem observado na justificativa do projeto ora analisado, aproximadamente 700 mil cidadãos no País são portadores de deficiência visual e, a todo momento, essas pessoas enfrentam barreiras de locomoção e orientação. São, portanto, cidadãos que precisam ser valorizados, de modo que possam ter uma vida semelhante à das pessoas consideradas normais.

O presente projeto traz, pois, benefícios inegáveis no sentido de melhor integrar esses cidadãos à sociedade.

Conclusão

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que esta proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 08/12/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/10, que constitui a Ferrovia da Integração do Sul - FERROSUL S.A, com o propósito de, sob controle público, planejar, construir e operar ferrovias e sistemas logísticos no Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 023/10, de 22/03/10, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 127/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem o objetivo de constituir a Ferrovia da Integração do Sul - FERROSUL S.A, com o propósito de, sob controle público, planejar, construir e operar ferro-

vias e sistemas logísticos no Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Fundamentação

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição.

De acordo com o artigo 1º da Lei Estadual nº 9892/91 que autorizou o Poder Executivo a efetivar a participação acionária do Estado do Paraná, na sociedade comercial Estrada de Ferro do Paraná Oeste S.A, verifica-se que a mesma é uma sociedade de economia mista:

Art. 1º Fica o Poder Executivo a efetuar a participação acionária do Estado do Paraná na sociedade comercial Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A que tem seu estatuto social registrado na Junta Comercial do Paraná sob nº 413.0000640.7 que passará a ser uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes. (Grifo nosso)

Nesta linha, vejamos a definição constante no Decreto Federal nº 200/67:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:
(...)

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

Segundo José Eduardo de Alvarenga, “a Administração Indireta é o conjunto dos entes (entidades com personalidade jurídica) que vinculados a um órgão da Administração Direta, prestam serviço público ou de interesse público”.¹

1. ALVARENGA, J. E. in “Consórcio: A nova pessoa jurídica da Administração Indireta”. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6359494/Administração-Indireta>> Acesso em: 30 de setembro de 2009.

Compreendem a Administração Indireta, conforme o já citado decreto, as Autarquias, as Empresas Públicas, as fundações públicas e as sociedades de economia mista. Como está disposto em seu artigo 4º, II:

Art. 4º A Administração Federal compreende:

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) Autarquias;*
- b) Empresas públicas;*
- c) Sociedades de economia mista;*
- d) Fundações públicas.*

Isto posto, sendo a Ferrovia da Integração do Sul - FERROSUL S.A sociedade de economia mista, sua criação deve estar de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a qual exige a instituição por meio de lei específica:

Art. 37. A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Grifos nossos)

A Carta Magna determina ainda:

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias;

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da Administração Pública;

IV - a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários;

V - os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores.

§ 2º As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

§ 3º A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.

§ 4º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

§ 5º A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular. (Grifos nossos)

No mesmo sentido, a Constituição do Estado do Paraná por meio do artigo 27, inciso XVIII, estabelece que a instituição de sociedade de economia mista deverá ser realizada por meio de lei específica.

Destarte, a Constituição Estadual estabelece como competência privativa do Governador do Estado a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. Vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar nº 095/98, mas, a fim de que seja amplamente legítimo.

Conclusão

Desta forma, em sede de análise prévia, opinamos pela constitucionalidade, do projeto de lei que ora se analisa, pelos motivos já expostos.

Sala das Comissões, em 13/04/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 127/10

P A R E C E R :

Apresentação

O presente Projeto de Lei nº 127/10, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 025/10, objetiva constituir a Ferrovia da Integração do Sul - FERROSUL S/A, com o propósito de, sob controle público, planejar, construir e operar ferrovias e sistemas logísticos no Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Fundamentação

Chamada esta comissão a pronunciar-se, através dessa relatoria e em conformidade com o estatuído no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa

de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua aprovação devido estar o mesmo em conformidade com legislação vigente. Esclarecendo ainda, que a matéria, após a devida análise, encontra-se amplamente justificada, tendo em vista que os estudos de viabilidade realizados até o momento demonstram que as receitas operacionais da FERROSUL serão suficientes para mantê-la superavitária.

Conclusão

Sendo assim, este relator opina favoravelmente pela aprovação do presente projeto, entendendo que o mesmo deve seguir sua normal tramitação, bem como, seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14/04/10.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 1065, 1066, 1121 e 1122, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1067 e 1068, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1069 a 1093, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1094, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos n°s 1095 a 1104, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1113, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1116, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1118, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1120, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1123, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n°s 009 e 010/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 373/08, 485/09 e 127/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 055 e 639/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 0488/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva n° 251/10, passando a valer a seguinte redação: exonerar, a pedido, ANTONIO WILSON CAMARGO, do cargo em comissão junto ao Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 02/03/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 0489/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva n° 244/10, passando a valer a seguinte redação: exonerar, a pedido, JAIRO ALEXANDRE CAMARGO, do cargo em comissão junto à Presidência, a partir de 17/03/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0498/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EDUARDO JOSE GBUR, do cargo em comissão, da Diretoria Geral, a partir de 01/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0500/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3017, datado de 30/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 432/10, passando a valer a seguinte redação: exonerar, a pedido, LUCIANO DE PINHO TAVARES FILHO, do cargo em comissão junto à 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0501/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3177, datado de 30/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 450/10, passando a valer a seguinte redação: exonerar, a pedido, ALFREDO ARAUJO NETO, do cargo em comissão junto à 1ª Secretaria, a partir de 01/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0503/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 368/10, passando a valer a seguinte redação: exonerar, a pedido, CINTIA BEAL, do cargo em comissão junto à Administração, a partir de 01/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Atas de Comissão**Tomada de Contas****COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dez, às onze horas e trinta minutos, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua décima sexta reunião ordinária, com presença dos Srs. Deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposições nºs 016/10 e 069/09. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos passando a palavra ao Sr. Deputado Dobrandino da Silva, relator da Proposição nº 016/10, que encaminha a prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de fevereiro de 2010, conforme Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09. Após análise dos documentos anexados à proposição, o senhor relator constatou que o todo se encontra de acordo com a legislação em vigor, dando PARECER FAVORÁVEL, no que foi acompanhado por todos os presentes. A seguir, o Sr. Deputado Edson Strapasson relatou a Proposição nº 069/09, que trata da prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2008. Segundo exame criterioso da matéria, o senhor relator decidiu pelo PARECER FAVORÁVEL, com ressalvas. Houve abstenção de voto do Sr. Deputado Reni Pereira, os demais acompanharam o relator. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e dez, às onze horas e trinta minutos, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se à Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua décima sétima reunião ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 018/10.

tados presente, e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

Errata:

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/10, de autoria da Comissão Executiva, que suspende o pagamento de provimento em comissão de servidores não recadastrados perante o Poder Legislativo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/10, de 12/04/10 em Projetos de Resolução).**

